

,UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO – UFPE
MESTRADO PROFISSIONAL EM FILOSOFIA – PROF-FILO

LENINE QUERINO SILVA DE OLIVEIRA

**JANE AUSTEN EM SALA DE AULA: UMA LEITURA ÉTICA
FILOSÓFICA EM DIÁLOGO COM DAVID HUME**

RECIFE,
2025

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO – UFPE
MESTRADO PROFISSIONAL EM FILOSOFIA – PROF-FILO

LENINE QUERINO SILVA DE OLIVEIRA

**JANE AUSTEN EM SALA DE AULA: UMA LEITURA ÉTICA
FILOSÓFICA EM DIÁLOGO COM DAVID HUME**

RECIFE
2025

LENINE QUERINO SILVA DE OLIVEIRA

**JANE AUSTEN EM SALA DE AULA: UMA LEITURA ÉTICA
FILOSÓFICA EM DIÁLOGO COM DAVID HUME**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Mestrado Profissional em Filosofia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para qualificação e a obtenção do título de Mestre em Filosofia.

Área de concentração: Filosofia.

Orientador: Prof. Dr. Junot Cornélio Matos

RECIFE

2025

.Catalogação de Publicação na Fonte. UFPE - Biblioteca Central

Oliveira, Lenine Querino Silva de.

Jane Austen em sala de aula: uma leitura ética filosófica em diálogo com David Hume / Lenine Querino Silva de Oliveira. - Recife, 2025.
63f.: il.

Dissertação (Mestrado)- Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Mestrado Profissional em Filosofia- Prof-Filo, 2025.
Orientação: Junot Cornélio de Matos.

1. Austen, Hume; 2. Ética e Filosofia; 3. Literatura. I. Matos, Junot Cornélio de. II. Título.

UFPE-Biblioteca Central

LENINE QUERINO SILVA DE OLIVEIRA

**JANE AUSTEN EM SALA DE AULA: UMA LEITURA ÉTICA
FILOSÓFICA EM DIÁLOGO COM DAVID HUME**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Mestrado Profissional em Filosofia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a qualificação e obtenção do título de Mestre em Filosofia.

Aprovada em: 26 de junho de 2025.

BANCA EXAMINADORA

Prof.. Dr. Junot Cornélio Matos – UFPE - Orientador

Prof. Dr Adailton Pereira de Melo – avaliador externo UFAL

Prof. Dr. Sérgio Ricardo Vieira Ramos – avaliador interno UFPE

“Declaro que não há divertimento melhor do que a leitura”. Caroline Bingley
(personagem de orgulho e preconceito).

Dedicatória

Dedico este trabalho à oitava maravilha do mundo: minha família – aos meus pais Antônio Querino de Oliveira (Tonho Querino) e Eronildes Francisca s. Querino (Nidinha), e ao meu amado “namorado” Adailton Pereira de Melo. O amor por vocês acendeu uma luz na minha vida que ilumina minha trajetória nessa caminhada juntos. Já não existe escuridão! Vejo o caminho e o sentido da existência que é ser sempre melhor para vocês.

Amo-os infinitivamente!

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais pela força, confiança e credibilidade em mim depositadas, na certeza de que cada conquista é um espaço de tempo que construímos ao longo da vida.

Ao meu esposo Adailton, por acreditar que tudo é possível para quem se entrega aos desafios e à busca por objetivos.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Junot Cornélio Matos, que sempre me ensinou a acreditar que o pensamento e a reflexão nos fazem cada vez mais humanos e humanizados.

Aos professores do Prof-Filo pela experiência da aprendizagem infinita e do filosofar perene.

Aos companheiros de turma, que oportunizaram o partilhar das experiências em sala de aula, na luta pelo reconhecimento das humanidades como fonte de saberia e cidadania.

RESUMO

Apesar dos múltiplos desafios com o ensino de Filosofia no Ensino Médio, trabalhar Filosofia e Literatura proporciona desenvolver aspectos essenciais de compreensão leitora de textos que despertem a atenção dos estudantes. Nesse sentido, perfazendo o ideário de leituras desenvolvidas pelos mesmos foi possível perceber o interesse em romances de época, trabalhados em sala de aula com a autora Jane Austen, cujo trabalho goza de popularidade e cujas obras vem sendo adaptadas para o cinema e a televisão. O trabalho realizado em sala de aula tem com eixo principal a obra “Orgulho e preconceito”. Austen, assim como Hume, com o qual se provocará um diálogo acreditavam que pela ação da inteligência é possível e desejável educá-los, o que constituiria a essência da felicidade. Em “Orgulho e Preconceito” Austen não foge aos dilemas impostos pela secularização. Como a virtude religiosa não é mais o modelo da ação, impõe-se a tarefa de escolher o sistema de conduta mais adequado à vida moderna. O objetivo principal é estimular, a partir da literatura versus filosofia, com leitura de Jane Austen e David Hume, o necessário desenvolvimento de um possível senso de criticidade e sensibilidade ética, por parte dos estudantes, como uma alternativa necessária aos valores impostos pelo modelo capitalista vigente individualista, competitivista e excludente e daí refletir sobre a importância do estudo de literatura (em diálogo com Linguagens e suas Tecnologias), oferecendo a leitura contextualizada da narrativa de “Orgulho e Preconceito” de Jane Austen e dos “Ensaios morais” de David Hume; entender a necessidade e o significado da ética nos dias atuais, especialmente as concepções dos estudantes a partir das leituras propostas e sua importância para os dias atuais; realizar um intervenção didática em sala de aula, no Ensino Médio, a partir da leitura e reflexão de textos e a construção de um olhar crítico sobre a realidade em que a escola, o ensino e a sala de aula encontra-se inserida, perscrutando a proposta pedagógica da BNCC e do Projeto Político Pedagógico da Escola, a partir de círculos de leitura e construção de um portfólio.

Palavras-chave: Austen. Ética. Filosofia. Hume. Literatura.

ABSTRACT

Despite the multiple challenges with the teaching of Philosophy in High School, working with Philosophy and Literature provides the development of essential aspects of reading comprehension of texts that arouse the attention of students. In this sense, making up the ideas of readings developed by them, it was possible to perceive the interest in period novels, worked in the classroom with the author Jane Austen, whose work enjoys popularity and whose works have been adapted for cinema and television. The work carried out in the classroom has as its main axis the work "Pride and prejudice". tolerance, respect for differences, and the overcoming of pride and prejudice. In this sense, working with Jane Austen's literature and fragments of David Hume's texts will allow us to build a critical reading of the reality of the time and draw parameters of comparison with the current reality, from the perspective of an ethical philosophical formation. In "Pride and Prejudice" Austen does not escape the dilemmas imposed by secularization. Since religious virtue is no longer the model of action, the task is imposed on us to choose the system of conduct most appropriate to modern life. The main objective is to stimulate, from literature versus philosophy, with a reading of Jane Austen and David Hume, the necessary development of a possible sense of criticality and ethical sensitivity, on the part of students, as a necessary alternative to the values imposed by the current individualistic, competitivist and excluding capitalist model and hence reflect on the importance of the study of literature (in dialogue with Languages and their Technologies), offering a contextualized reading of the narrative of Jane Austen's "Pride and Prejudice" and David Hume's "Moral Essays"; understand the need and meaning of ethics in the present day, especially the conceptions of the students from the proposed readings and their importance for the present day; carry out a didactic intervention in the classroom, in High School, from the reading and reflection of texts and the construction of a critical look at the reality in which the school, teaching and the classroom are inserted, scrutinizing the pedagogical proposal of the BNCC and the Pedagogical Political Project of the School, from reading circles and construction of a portfolio.

Keywords: Austen. Ethics. Philosophy. Hume. Literature.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
2 FILOSOFIA E LITERATURA: ENCONTROS E/OU DESENCONTROS?.....	17
2.1 FILOSOFIA E LITERATURA: ENTRELAÇAMENTOS.....	21
2.2 AUSTEN E HUME: ANALÍTICA TEXTUAL.....	27
3 HUME E AUSTEN: A FILOSOFIA MORAL.....	33
3.1 HUME: A LITERATURA COMO FILOSOFIA MORAL.....	36
3.2 AUSTEN: A LITERATURA COMO CRÍTICA FILOSÓFICA E SOCIAL.....	40
4 INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA/CONSTRUÇÃO DE SABERES.....	49
4.1 O CONTEXTO DO TRABALHO FILOSÓFICO EM SALA DE AULA.....	49
4.2 METODOLOGIA DE INTERVENÇÃO.....	53
4.3 RESULTADOS E PRODUTOS PEDAGÓGICOS.....	55
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	57
REFERÊNCIAS.....	59

1 INTRODUÇÃO

O trabalho com o ensino de Filosofia no Ensino Médio proporciona desenvolver aspectos essenciais de compreensão leitora de textos, que despertem a atenção dos estudantes. Nesse sentido, perfazendo o ideário de leituras desenvolvidas pelos mesmos, foi possível perceber o interesse em romances de época, os quais podem ser trabalhados em sala de aula, daí o interesse por Jane Austen, considerada uma autora cujo trabalho goza de popularidade e cujas obras vem sendo adaptadas para o cinema e a televisão. Austen pode ser descrita como uma escritora de primeira grandeza tendo seus escritos considerados com um teor verdadeiramente filosófico.

O projeto realizado em sala de aula tem com eixo principal a obra “Orgulho e preconceito”. As motivações que levaram a essa escolha tem como hipótese que a literatura tende a despertar o interesse dos estudantes para leitura em sala de aula e em outros ambientes, considerando que tanto a prosa como a poesia são essenciais na compreensão de que o homem não é apenas razão, é também sentimentos, e não se deve confundir sentimentos com desejos. Os sentimentos constituem uma área intermediária entre o sensível e o intelectual. É o amor, o ódio, a tristeza, a esperança, o desespero, etc. É importante entender que os sentimentos não podem ser controlados em sua origem, ninguém escolhe por quem vai se apaixonar ou odiar, mas pode refletir e questionar.

Segundo Baliero (2022) Austen, assim como Hume, com o qual se provocará um diálogo acreditavam que pela ação da inteligência é possível e desejável educar o ser humano, o que constituiria a essência da felicidade. Os autores têm em comum o fato de considerarem que a dedicação excessiva aos estudos e à leitura, em detrimento do cultivo das boas relações sociais, é extremamente perniciosa. Baliero (2022) insiste que essa é uma afirmação de Hume, em sua obra *Ensaios morais, políticos e literários* onde, após afirmar que o mundo da conversação teria muito a perder quando separado de algum conhecimento de temas como história, poesia, política e filosofia. A ideia de que o abandono da sociabilidade em favor dos livros pode ser pernicioso está presente, também, na obra de Jane Austen. A sociabilidade é um processo que supera o orgulho e o preconceito na construção de uma ética individual e comunitária, que vem sendo esquecida pelo individualismo e a competição nos espaços escolares.

Pensar a educação ética e moral nos dias atuais exige um esforço dos profissionais em educação no sentido de sensibilizar os estudantes em relação à necessidade de comportamentos que promovam o bem-estar social, a solidariedade, a tolerância, o respeito às diferenças, a superação do orgulho e do preconceito. Nesse sentido, trabalhar a literatura de Jane Austen e fragmentos de textos de David Hume permitirá construir uma leitura crítica da realidade da época e traçar parâmetros de comparação com a realidade atual, sob a perspectiva de uma formação filosófica ética. Em “Orgulho e Preconceito” Austen não foge aos dilemas impostos pela secularização. Como a virtude religiosa não é mais o modelo da ação, impõe-se a tarefa de escolher o sistema de conduta mais adequado à vida moderna. A atualidade de sua obra assenta-se em sua proposição de uma ética intransigente que segue ainda como uma “promessa de felicidade”. A facilidade dos estudantes e o gosto pela literatura, bem como a possibilidade de uma leitura dialogada e partilhada em sala de aula motiva ao uso do texto de Austen.

O processo de intervenção em sala de aula, a partir do presente estudo, almeja despertar os estudantes para o desenvolvimento de uma consciência crítica, ética, a partilha e reflexão da leitura de textos de Jane Austen e David Hume, no trabalho com o Ensino de Filosofia, em sala de aula. Diante de uma sociedade que aparece, nesse século XXI com manifestações de preconceito, xenofobia, racismo, entre outros.

Para que essa consciência crítica seja o diferencial há de se aprimorar o gosto pela leitura. Melo (2019) afirma que um dos desafios presentes no desenvolvimento de ensino e aprendizagem em sala de aula é fazer brotar nos estudantes o prazer pela leitura, não somente de textos filosóficos, mas de literatura em geral. No Ensino Médio, de forma especial, o desenvolvimento do hábito da leitura está aquém de ser reconhecido uma prática social, o que se torna uma das preocupações referentes ao processo de aprendizagem e ensino de Filosofia, e significa construir métodos eficazes que sejam capazes de inspirar e criar motivação nos estudantes para que façam, com prazer, a experiência de leitura e, de modo particular, da leitura do texto filosófico.

O objetivo principal é estimular, a partir da literatura versus filosofia, com leitura de Jane Austen e David Hume, o necessário desenvolvimento de um possível senso de criticidade e sensibilidade ética por parte dos estudantes, como uma alternativa

necessária aos valores impostos pelo modelo capitalista vigente individualista, competitivista e excludente.

É importante salientar que o exercício de leitura do texto em sua dimensão filosófica estimula o estudante para interagir com as possibilidades de mudanças do seu modo de ser e de ver o próprio universo ao seu redor, ao mesmo tempo em que conduz a outro tipo de questionamento, considerando que para o filósofo as questões devem ser apresentadas e formuladas de modo incidente e pertinente, tanto como estabelece como regra o convidar à procura de uma discussão e reflexão dialogada, no espírito do aprender a aprender (MELO, 2025, p.13).

De forma que, nessa perspectiva, os objetivos específicos consistem em refletir sobre a importância do estudo de literatura (em diálogo com Linguagens e suas Tecnologias), oferecendo a leitura contextualizada da narrativa de “Orgulho e Preconceito” de Jane Austen e dos “Ensaios morais” de David Hume; entender a necessidade e o significado da ética nos dias atuais, especialmente as concepções dos estudantes a partir das leituras propostas de Jane Austen e David Hume e sua importância para os dias atuais; realizar um intervenção didática em sala de aula, no Ensino Médio, a partir da leitura e reflexão de textos e a construção de um olhar crítico sobre a realidade em que a escola, o ensino e a sala de aula encontra-se inserida, perscrutando a proposta pedagógica da BNCC e do Projeto Político Pedagógico da Escola, a partir de círculos de leitura e construção de um portfólio.

Segundo Baliero (2022), tanto Austen quanto Hume considerariam que filosofia e literatura devem, para trazer bons resultados, estar incorporadas à vida comum, a qual tem mesmo certa precedência. observe-se que, que Austen apresenta um elogio da História da Inglaterra de Hume (em *A Abadia de Northanger*, por meio de Eleanor Tilney, irmã do herói da trama, uma jovem que é apresentada como bastante amável e sensata, o que parece um elogio bastante significativo, considerando que o filósofo escocês, depois de recomendar a leitura de textos históricos às mulheres, afirma que o estudo dessa disciplina acarreta três vantagens: ela diverte a imaginação, melhora o entendimento e fortalece a virtude.

Para Soares (2020) tanto Hume quanto Austen consideravam que só seria possível que a literatura (em qualquer uma de suas formas) servisse de instrumento para uma formação ética e moral, sem pretensão de isolar aqueles que se dedicam a ela do convívio social, e que se dispusesse a não perder de vista o mundo que, ao fim

e ao cabo, os filósofos mais abstratos inevitavelmente compartilham com o homem comum.

Importante assinalar que a literatura, diferente de um texto dissertativo produz um efeito de experiência real para os estudantes e isso fica enriquecido ao considerarmos que no romance de Jane Austen, as mulheres, protagonistas, são confrontadas com a capacidade e a violação imposta pelas regras morais e modelos sociais. E com isso elas saem mais maduras. “Austen é capaz de construir um mundo, onde ela expõe os costumes do meio, os problemas sociais como a condição feminina entre outros pontos também importante”, e isso é feito com pouquíssimas personagens e um lugar bem simples, normalmente um ambiente bucólico (BARROS, 2013, p.32).

A metodologia, de natureza qualitativa, inicia com a elaboração do referencial teórico a partir da contextualização dos autores Jane Austen e David Hume, seguido de um resumo das obras e construção do perfil dos protagonistas (que pode ser construído pelos próprios estudantes em conversas em sala de aula, instigados pelo professor a partilharem a leitura dos textos).

Na sessão 2 se procura discutir a compreensão necessária da intertextualidade entre Literatura e Filosofia, como dimensões que se entrecruzam e promovem uma reflexão conjunta para o aprimoramento não apenas da racionalidade, mas o desenvolvimento do entendimento da necessidade de uma autêntica moralidade e ética segundo os princípios filosóficos, mas não desenraizada da realidade.

Na sessão 3 é oferecida uma reflexão sobre os dois autores: Hume e Austen, em seus campos de desenvolvimento, indo de encontro a uma realidade social e cultural que serve como ponto de partida para uma reflexão moral filosófica e literária.

Segue-se, na sessão 4, a realização em sala de aula de um itinerário de sequência didática que abrangerá os seguintes passos metodológicos/sequência didática para o qual serão utilizadas oito aulas de Filosofia e momentos dos grupos de estudos. O trabalho pedagógico teve início com uma etapa de sensibilização sobre a temática a ser trabalhada e sua importância para o entendimento da história do passado e do presente, e quais as lições que se podem aferir desse contexto histórico.

Convidados ao acesso ao texto literário ou ao filme, os estudantes serão motivados a fazerem uma síntese da leitura, dos personagens, das questões levantadas pelos autores, do qual se fará um relatório ou resumo das principais ideias.

Segue-se a análise da atual realidade e quais as lições que poderiam ser tiradas para que haja mudança de comportamento, construção de uma consciência crítica e de um itinerário ou projeto de vida ético em sala de aula, na escola, na família e na comunidade em que estão inseridos. O ponto de culminância será a apresentação dos trabalhos e uma avaliação e autoavaliação a partir do desempenho individual e do grupo.

2 FILOSOFIA E LITERATURA: ENCONTROS E/OU DESENCONTROS?

Ruiz (2015) em sua obra *Literatura e crise*, na qual analisa de maneira pormenorizada a relação que se estabelece na literatura com a realidade histórica inicia em sua introdução com a afirmação: “Literatura é uma forma de conhecimento” (Ruiz, 2015, p.15). O adjetivo filosófico tende a envolver ou definir uma atividade que vincula o uso da razão ao pensamento abstrato, ou seja, uma atividade racional e abstrata que se caracteriza por uma pretensa universalidade e cujas teses tendem à pretensão de validade em todos os tempos e para todas as pessoas. Isso se manifesta sobretudo – a nível de exemplo - nos itinerários da Filosofia como a metafísica, ética, epistemologia, filosofia da linguagem.

A literatura está na gênese da origem da Filosofia enquanto especulação racional direcionada para questões fundamentais como a *physis* (Pré-socráticos) e/ou a moral (Sócrates) ou que se denomina Metafísica, com expressão significativa em Aristóteles. Os *aedos* e *rapsodos* (poetas itinerantes), contam e cantam as incríveis aventuras mitológicas na Odisseia e na Ilíada de Homero, com o personagem Ulisses em uma ação que envolve questionar o destino enquanto vontade dos deuses e as próprias decisões divinas.

O processo envolvendo a necessidade de literatura ou uso de gêneros literários será uma marca constante no âmbito da Filosofia, que, segundo Melo (2024) se expressa nos diálogos platônicos, por exemplo, como uma das maneiras mais práticas de aproximar a escrita da oralidade.

Comentando sobre os Pré-Socráticos na obra da coleção *Os pensadores*, Souza (1996) chama a atenção para o fato de que o que se considera uma ruptura instaurada contra a literatura (poesia) para que emerja a filosofia não ocorreu de forma radical. O autor afirma que o discurso mítico perderá gradualmente o primado de explicação da realidade não definitiva, e que autores como Parmênides, Empédocles e Xenófanes expressam suas Filosofias através da poesia.

Posteriormente, segundo Souza (1996) Aristóteles e mesmo Platão — crítico radical do papel do poeta na “República Ideal” — criaram seus pensamentos ético e pedagógico fundamentados, em grande parte, “na ética aristocrática dessa Grécia

arcaica expressa nas epopeias homéricas¹, substituindo a aristocracia de sangue pela aristocracia de espírito, baseada no cultivo da investigação científica e filosófica” (SOUZA, 1996, p.12). O diálogo entre os pensamentos filosófico e poético continuou a se repetir de maneira variada, incansável e incontavelmente.

Nesse aspecto, o alvorecer da Filosofia ocorre em contraste com o pensamento mítico, mas não totalmente dele desvinculado. Contudo, não deixa de ocorrer a partir de uma transição e transformação da sociedade grega, com o surgimento de uma aventura intelectual a partir de especulações filosóficas. Faz-se notar na história da Filosofia que os primeiros poemas da literatura ocidental emergem como uma documentação, em versos, da visão mítica dos gregos, declamados em cantos pelos *aedos* e *rapsodos*².

Frye (2017) em *A imaginação educada* recorda que o problema da literatura primitiva é o fato de se encontrar, de alguma forma, incrustada na religião, na magia e nas formas sociais de maneira que o pensamento chamado filosófico surge quando os gregos, insatisfeitos com a visão mítica de mundo³, passaram a questioná-la, por sentirem a necessidade de sistematizar um princípio, impessoal e lógico, um universo governado pela razão, dando conta da origem de forma neutra e imparcial.

Uma observação sobre as declarações de Sócrates em relação aos poetas, encontramos no seu projeto de República ideal, especificamente quando da abertura do livro X de *A república*, em seu esclarecimento a Glauco afirma que “nossa Estado foi fundado melhor que qualquer outro. Digo isso pensando sobretudo na questão da poesia” (PLATÃO, 2017, p.333).

Nas suas primeiras falas desse capítulo, ele desvela sua ternura e respeito desde a infância por Homero, considerado o primeiro mestre e precursor de todos os poetas e ícone da cultura da qual faz parte, e afirma não pretender atacar qualquer

¹ “Em Homero, a noção de virtude (*areté*), ainda não atenuada por seu posterior uso puramente moral, significava o mais alto ideal cavalheiresco aliado a uma conduta cortesã e ao heroísmo guerreiro. Identificada a atributos da nobreza, a *areté*, em seu mais amplo sentido, designava não apenas a excelência humana, como também a superioridade de seres não-humanos, como a força dos deuses ou a rapidez dos cavalos nobres”. (SOUZA, 1996, p.11).

² Poetas gregos itinerantes

³ “Humanizando os deuses e afastando o temor dos mortos, as epopeias homéricas descrevem um mundo luminoso no qual os valores da vida presente são exaltados. Se isso corresponde aos ideais aristocráticos da época, representa também o avanço de um processo de racionalização e laicização da cultura, que conduzirá à visão filosófica e científica de um universo governado pela razão: séculos mais tarde, o filósofo Heráclito de Éfeso fará de Zeus um dos nomes do Logos, a razão universal” (SOUZA, 1996, p.12).

tipo de poesia. Apenas se coloca contra o que denomina *poesia imitativa* e seus malefícios sob os quais profere suas críticas, ou seja, o que ele considera cópia da cópia, aparência da aparência (PLATÃO, 2017, p. 333-334).

Utilizando Sócrates como seu interlocutor, Platão (2017) demonstra que a poesia não bastava ser agradável e provocar prazer nos espectadores, mas deveria ser útil tanto para o destino do governo, do Estado quanto para a vida humana. Banida da República, considerando o poeta como uma autoridade suprema, suas obras passam a ser acusadas de pretensiosamente apagar a deficiência do sensível, colocando em risco a existência da filosofia, essa capaz de evidenciar as diferenças entre os planos do inteligível e do sensível, do corpo e da alma, da *episteme* e da *doxa*.

Lucas e Philipson (2020) comentando a proposta de Bakhtin, em *Filosofia, literatura e teoria literária: diálogos universitários e institucionais*, sobre o fato de que cada cultura humana deve responder de forma responsável uns aos outros, de tal maneira que se faz necessário lidar com conceitos que possibilitem o abarcar a totalidade das experiências culturais.

Bakhtin vai encontrar/criar no interior do cânone cultural greco-romano (embora não de acordo com a apropriação europeia ocidental) os gêneros sério-cômicos fronteiriços do diálogo socrático e da sátira menipeia⁴: práticas litero-pensantes (para ressignificar a expressão) da fala, escrita e manifestações culturais que se constituem e se alimentam do vai e vem entre literatura e filosofia, entre forma material e conteúdo (Lucas; Philipson, 2020, p.138).

A filosofia, acima de tudo não prescinde da linguagem oral e escrita para que se expresse de maneira clara e concisa em relação aos seus interlocutores. Glenadel (2019), parafraseando Derrida (1972) afirma que se deve tratar os conceito não como recipientes transparentes dentro do qual se guardam as ideias filosóficas, mas como vetores levados por palavras, repleto do uso e dos jogos discursivos, em diálogo com a Literatura, de modo a conduzir à compreensão que o pensar se realiza por palavras em cada um dos seus textos.

⁴ Sátira menipeia é uma forma de sátira escrita geralmente em prosa, com estrutura similar a um romance, caracterizada pela crítica às atitudes mentais ao invés de a indivíduos específicos. Sai origem ou modelo deve-se às sátiras de Menipo de Gadara, filósofo grego que viveu de 349-250 a.e.c., cuja obra levava o seu nome, sem intenção moralizante. Fonte: Disponível em <http://www.ipeu.com.br>. Acesso em 14 ago. de 2024.

Compreender que são disciplinas complementares e dialógicas implica em superar o “preconceito” de filósofos e especialistas da academia, especialmente dos cursos de filosofia, o que não é novidade, haja vista ainda impregnar discursivamente resquícios de uma cultura classicista, iluminista e enciclopedista. Visão que remonta à desconfiança para aqueles que não são necessariamente licenciados em Filosofia, que, por exemplo, aparece em relação a Voltaire e seus contos filosóficos que eram vistos no seu tempo como um gênero menor (CASSIRER, 1973).

Isso significa que para muitos docentes ou uma parte considerável, Filosofia e Literatura são posições antagônicas, não podendo ser estabelecido um diálogo no qual a Literatura se constitua um espaço de reflexão filosófica ou que a Filosofia não se expresse através da Literatura. Contudo, Rohden e Pires (2009) defendem que existe uma relação transacional entre Literatura e Filosofia.

A compreensão desse movimento de aproximação e mesmo de distanciamento entre o literário e o filosófico tem uma total dependência dos conceitos que se fundamenta a Filosofia e a Literatura, isso porque “as teorias literárias constituem-se de elementos interdisciplinares e, no fim de tudo, possuem um caráter filosófico. [...] Assim, as propriedades (filosóficas e literárias) dos textos são determinadas por critérios mutáveis, conforme a tendência filosófica” (ROHDEN; PIRES, 2009, p.64).

A Literatura tem o mérito de articular num só escrito todos os saberes. Um romance pode apresentar uma visão econômica, social, política, religiosa e moral de um povo, de uma cultura. De modo próximo, porém num outro nível reflexivo, a Filosofia questiona a possibilidade de conhecer a realidade, investiga as relações entre a unidade e a multiplicidade. Em outros termos, a Filosofia realiza, no plano ontológico, o que a Literatura faz no plano ôntico do vivido e da experiência (ROHDEN; PIRES, 2009, p.65).

Dessa forma, pode-se afirmar que há imbricações nas filosofias que possuem um tom pedagógico ou estilo lógico-reflexivo. E mesmo oferecendo as próprias regras de leitura, uma teoria do conhecimento e sua teoria da linguagem, repetem nas suas nuances os aspectos da Literatura no que se refere aos seus recursos literários.

Um exemplo claro dessa relação dialógica encontramos, por exemplo, em Sattler (2020) quando analisa a relação de uma filosofia literariamente engajada e define a possibilidade de uma literatura autonomente filosófica e uma filosofia literariamente comprometida com a nossa vida, a partir das reflexões que ambas disciplinas possam oferecer sobre nossa vida moral. O problema maior encontra-se

no fato de que “o estado da arte de nossas teorias éticas é academicamente hermético e altamente especialista, quando não, por outro lado, e ao mesmo tempo, inaplicável” (SATTLER, 2020, p.18).

2.1 FILOSOFIA E LITERATURA: ENTRELAÇAMENTOS

Na concepção de Eco (1994), em sua obra *Seis passeios pelo bosque da ficção*, a experiência literária que não deixa de ser também filosófica, é também privilegiadamente aquela “que permite enxergar os significados e a eles responderem em alguma direção alternativa às visões parciais - preconceituosas, hierárquicas, dicotômicas – da realidade” (ECO, 1994, p.30).

Sá (2013) acrescenta em *Filosofia e literatura*, que “os conceitos filosóficos nascem, como a escritura, do direito de sonhar. A filosofia tem, certamente, uma dimensão retórica e a literatura, uma dimensão conceitual” (SÁ, 2013, p.31). E a autora evoca Platão que exprimiu todo o seu sistema filosófico por meio da literatura dialogal e Bergson que houvera privilegiar da literatura o uso de metáforas.

Sattler (2020), analisando a questão da virtude como uma porosidade que permite a conjugação com leituras literárias, ou seja, como uma resposta pelo modo de se viver a vida, acentua que a literatura nunca deixou de ser, na história do pensamento uma aliada da Filosofia, cujas raízes remonta a literatura oral dos poetas gregos, das epopeias e depois da disposição do uso de diálogos, discursos, metáforas, entre outros ao longo dos séculos de reflexão filosófica.

Sem a literatura [...] nossa atividade de reflexão sobre a moralidade não pode estar completa, assim como nossa educação moral, que é dependente das relações que estabelecemos com as obras, e as personagens, que lemos ao longo da vida – no sentido, inclusive, de nos fornecer discernimento e percepção apropriadas às circunstâncias que experenciamos, funcionando muitas vezes, portanto, como argumentos e como respostas às nossas questões sobre a vida (SATTLER, 2020, p.20).

Isso significa, numa perspectiva de compreensão da literatura, segundo Sartre (2015) em *O que é literatura?*, que a experiência literária é aquela que, de um modo privilegiado, permite que o sujeito enxergue os significados e possam responder aos

mesmos em alguma direção que sirva de alternativa ao que se apresenta como visões parciais - preconceituosas, hierárquicas, dicotômicas – da realidade. Complementa Eco (1994) que a metodologia adotada pela filosofia como passeio pelo universo literário é a entrada em um bosque, uma vez que nele os caminhos se bifurcam.

Por isso, “a filosofia não inventa propriamente o logos (a palavra logos), mas se apropria do logos, já existente nas epopeias, dando-lhes um significado diferente” (PERRUSI, 2018, p. 17). Na dinâmica da produção filosófica que se impõe na Antiguidade Clássica pode-se afirmar que a linguagem assumida pela filosofia no pós-homérico pode ser traduzida numa constante evolução que nasce com a literatura épica, passa pelas histórias fictícias dos *mythos* e se assume no logos (filosofia).

A filosofia e a literatura se constituíram em âncoras de sustentação da expressividade do logos no pensamento Ocidental, desde o seu alvorecer na Grécia antiga. Em toda a démarche da história se fizeram presentes enquanto componentes constitutivos e modeladores da pluralidade das criações e inventividade da cultura humana. Na particularidade que a cada um concerne, toda a formação da mentalidade que ainda permanece viva e esplêndida de vigor em nossos dias, manifesta a força dinamizadora desse logos (Souza, 2020, p.52).

Souza (2020) alerta para o fato da tendência de que os licenciados ou bacharéis em Filosofia tendem em considerar a literatura como uma simples forma de embelezamento de seus discursos ou como um simples meio, indispensável, para anunciação dos seus conteúdos. Em alguns casos, defende-se que é próprio do filósofo produzir conteúdo e do escritor produzir forma. “Compreender os domínios como instâncias com determinações próprias sem perceber as implicações, vinculativas é, de alguma maneira, um limite que exprime uma redução da própria identidade” (SOUZA, 2020, p.54). Os domínios são diferentes, mas as linguagens são capazes de dizer a mesma realidade.

Araújo e Leite (2015), refletindo sobre o desenvolvimento do pensamento filosófico no Brasil, em sua obra Filosofia e literatura: diálogos, relações e fronteiras, ilustra que a melhor expressão de pensamento de natureza filosófica no Brasil, ocorre pela sensibilidade desenvolvida nas obras de literatura, o que faz com que os dois discursos se entrelacem, ou seja, uma reflexão pelo veículo literário, fenômeno central da vida do espírito. Os autores citam como exemplo dessas inflexões entre os dois

discursos: *A salvação da alma*, de autoria de Carlos Drummond de Andrade⁵ (2012), onde nas páginas 13 a 21, o autor referencia que “o delegado de polícia, um bacharel gordo: - de bigodes fornidos, lia Espinosa, tomava a boa pinta de Januária e não gostava de amolações”. Na crônica *Aconteceu em Londres* (Drummond, 2002), o autor caracteriza um dos seus personagens como profundamente cartesiano.

Outros exemplos são citados dessas interrelações indiretas como no caso do romance *Helena*, de Machado de Assis⁶, que em seu Capítulo VI, o autor narra que a mula dispara um olhar adjetivado como filosófico para quem o conduzia e, no XVI Capítulo identifica filosofia como “vadiações do espírito”. Em Memórias póstumas de Brás Cubas⁷, especificamente no Capítulo IV, Machado, ao falar da escrita da obra com muita paciência, a define como “supinamente filosófica, de uma Filosofia desigual, afora austera, logo brincalhona (p.18).

No texto de *Quincas Borba*, o autor referencia-o como impregnado de Filosofia e cujo personagem principal, Quincas Borba, se define como impregnado de um conjunto teórico e filosófico, que o chama de “humanitismo”. Encontramos ainda na obra um cocheiro filósofo (p.182), um riso desinteressadamente superior por isso filosófico (p.72) e o Capítulo CXVI que ganha o título de “Filosofia das folhas velhas”.

Publicado em 1881, *Quincas Borba* é o romance machadiano que melhor expõe os dilemas de personagens em uma sociedade de interesses em transição do

⁵ Carlos Drummond de Andrade nasceu em Itabira, Minas Gerais, em 1902. Poeta, contista e cronista, considerado um dos maiores nomes da poesia brasileira do século XX, foi autor, entre outros, de *Alguma poesia*, *Brejo das almas*, *Sentimento do mundo*, *Claro enigma*, *Fazendeiro do ar* e *Fala, amendoeira*. Faleceu no Rio de Janeiro, em 1987, aos 84 anos.

⁶ JOAQUIM MARIA MACHADO DE ASSIS nasceu em 1839, no Rio de Janeiro. Publicou seu primeiro livro de poesias, *Crisálidas*, em 1864. Ao longo da década de 1870, publicaria *Ressurreição*, *A mão e a luva*, *Helena* e *Iaiá Garcia*. *Memórias póstumas de Brás Cubas* foi publicado em 1881. *Papéis avulsos*, de 1882, foi sua primeira coletânea de contos dessa fase realista. Em 1899, publicou *Dom Casmurro*. Escreveu mais de quatrocentas crônicas para o periódico *Gazeta de Notícias*. Em 1897, foi eleito presidente da Academia Brasileira de Letras, instituição que ajudara a fundar no ano anterior. Morreu em 1908. Pertencente à fase romântica do autor, *Helena* já anuncia traços que fariam de Machado de Assis o grande nome do realismo brasileiro. Publicado em 1876, *Helena* pertence à primeira fase da obra de Machado de Assis. No romance, a protagonista de origens humildes é reconhecida em testamento como filha e herdeira do conselheiro Vale, um homem importante da elite carioca do Segundo Império. Após o espólio do pai vir à tona, Helena passa a viver na mansão da família do Vale com uma tia e Estácio, filho legítimo do conselheiro. Estácio não apenas aceita a meia-irmã como lhe devota um profundo e crescente carinho, por ela correspondido. Ao drama de incesto abordado por Machado no romance, soma-se ainda o tema das conflituosas relações de classe no Brasil do século XIX.

⁷ Escrito em 1899, este clássico da literatura brasileira é considerado uma das mais famosas obras do Realismo. Se você não cismar de sofrer com a língua que é diferente do português que a gente usa hoje em dia, vai se envolver à beça nessa história de amor entre Capitu e Bento, um dos romances mais famosos de todos os tempos.

século XIX para o XX. Ao narrar a transformação da pacata vida de Rubião em um herdeiro-capitalista que atrai os mais diversos tipos de interesseiros, encontrando no caminho o amor e a loucura, Machado constrói uma história na qual o leitor contemporâneo reconhece personas que perduram na sociedade brasileira até hoje.

Machado de Assis, assim como Drummond de Andrade são exemplos, entre outros de literatos que fazem da sua obra uma reflexão filosófica profunda sobre a existência e as relações que se estabelecem entre individualismo, comunidade, existência e limites morais da realidade vivida e experimentada.

Um outro exemplo para ilustrar essas interrelações entre Filosofia e Literatura temos a obra *Admirável mundo novo*⁸ de Aldous Huxley⁹. Embora sua obra seja uma história imaginada e apresente personagens de forma particularizada, as reflexões filosóficas sobre a sociedade e a política fluem na leitura do texto. Embora o texto seja de natureza ficção científica (estilo) o autor adentra no mundo da biologia, psicologia e novas tecnologias, crítica política, moral e social, com ênfase no uso ideológico da ciência e da técnica. Esse avanço das ciências afeta a essência dos seres humanos, do mesmo modo que promove uma influência moral na vivência dos sujeitos (ARAÚJO; LEITE, 2015).

Araújo e Leite (2015) acentuam que o texto versa sobre temas filosóficos importantes como o autoritarismo, manipulação genética, ficção especulativa e outros temas que, embora tenham surgido com força durante a primeira metade do século XX, se tornam cada dia mais atuais. Em uma sociedade organizada segundo princípios estritamente científicos, Bernard Marx, um psicólogo, sente-se inadequado quando se compara aos outros seres de sua casta. Ao descobrir uma “reserva histórica” que preserva costumes de uma sociedade anterior – muito semelhante à do leitor – Bernard vai perceber as diferenças entre esta civilização e a sua – e a partir de um sentimento de inconformismo ele desafiará o mundo. A história de Bernard se passa em um ambiente em que a literatura, a música e o cinema só têm a função de solidificar a alienação; um universo que louva o avanço da técnica, a produção em

⁹ Aldous Leonard Huxley nasceu em 26 de julho de 1894 no condado de Surrey, na Inglaterra. Pertencente a uma família de tradicionais intelectuais ingleses, estudou medicina e literatura inglesa. Viveu na Itália durante o regime fascista de Mussolini, período que viria a exercer influência sobre seus livros, e anos depois mudou-se para Hollywood a fim de trabalhar como roteirista. Em 1932, publicou *Admirável mundo novo* e, em 1954, narrou suas experiências com mescalina em *As portas da percepção*, livros fundamentais para a cultura e as artes. Huxley morreu nos EUA em 22 de novembro de 1963.

série, a uniformidade contra a diversidade. Muitas das previsões de Huxley vieram a ser confirmadas anos mais tarde, como a tecnologia reprodutiva, as supostas técnicas de aprendizado durante o sono e a manipulação pelo condicionamento psicológico.

Contemporaneamente, os escritos de Martha Nussbaum¹⁰ são muito importantes para entendermos a possível complementaridade entre filosofia e literatura. Em seu livro *Justiça poética* (1995), a autora defende que a imaginação estimulada pela literatura é uma ferramenta essencial para a formação ética das pessoas – cidadãos e governantes – em direção a uma conduta mais justa. Por meio de leituras de novelas realistas, de acordo com a autora o estilo mais indicado para a educação moral, as pessoas se beneficiariam porque poderiam ampliar, com o exercício da imaginação literária, sua capacidade de empatia e identificação com o outro. O resultado dessa atividade seria o refinamento da capacidade de nos relacionarmos. [...] Percebendo com maior propriedade, com a ajuda de cada um dos personagens que conhecemos pelos livros, as complexidades do comportamento humano (Araújo; Leite, 2015, p.134).

Nussbaum (1995) em sua obra *Poetic Justice* chama a atenção para o papel ético da literatura e afirma que a leitura literária, compreendida como expressão artística, tem seu valor de formação, e que ela se encontra registrada na ampla investigação operada pelos gregos (*paideia*). Nussbaum acredita que uma educação humanista e cosmopolita dos cidadãos facilitaria a convivência nas sociedades plurais contemporâneas, além de permitir, no futuro, a melhor realização do ideal democrático.

Lima (2023) analisando a obra de Nussbaum chama a atenção para o fato da autora afirmar que a literatura provoca nos leitores um espaço imaginativo que comporta modelos de realidade e que convida filosoficamente ao conhecer a nós mesmos pela experiência dos Outros, permitindo uma experiência sob outra forma, da vitalidade, dos impulsos, dos entusiasmos, da época e, por conseguinte, da experiência histórica. É importante acentuar que a condição imaginativa que a literatura, tomando aqui seu espaço criativo como fundamental, referindo, portanto, a ficção e a ficcionalidade da vida, permite com que transportemos nosso espaço de

¹⁰ Nascida em Nova York em 1947 é atualmente considerada uma das figuras mais importantes do mundo da filosofia moderna. Seus estudos vão desde a filosofia a novas propostas baseadas em suas próprias análise de sistemas no mundo. Estudou línguas clássicas e teatro em Universidade de Nova York; Ela foi distinguida com o título honorário e também recebeu o Prêmio Príncipe das Astúrias de Ciência Social de 2012. Publicou mais de vinte livros; entre eles estão *Fragilidade da Bondade; Sorte e Ética na Tragédia Grega e Philosophy*, em 1986, e *The Quality of Life*, em 1993 (editado em conjunto com Amartya Sen), *Justiça poética* (1995), entre outros.

experiência para outra superfície” (LIMA, 2023), como se pudéssemos transpassar o suporte impresso e vivenciar a história ali narrada.

Nesse tocante, Martha Nussbaum parece bastante assertiva quando afirma que a literatura mobiliza as emoções no reino do conforto, numa condição efetiva em que é possível cometer erros, diferente da história que teria como pressuposição a verdade ancorada nos fatos. Afirma Martha Nussbaum que “os seres humanos experimentam emoções de maneira modeladora, tanto por causa de sua história individual quanto por normas sociais”. Ela dá importância ao processo de repensar a consideração costumeira de atribuição às “paixões humanas demasiadas errantes e volúveis”¹⁰. Elas, as emoções, são responsáveis por serem passíveis à relativização da culpabilidade, da responsabilidade e da própria confiança na racionalidade absoluta. A moralidade pessoal, nesse sentido, se torna a tônica do mundo contemporâneo. No entanto, ainda não foi possível reconhecer que a dinâmica entre a razão e as emoções é fundamental para que, no exercício da empatia, alcancemos a compaixão como princípio democrático (LIMA, 2023, p. 4).

Para Nussbaum (1995), o grande desafio do mundo contemporâneo é não promover a desumanização do Outro, ainda que ele seja o fomentador da desumanização. A recusa pela empatia como emoção de atravessamento nos parece uma forma excessiva de confiança e, talvez, dependência nos meios técnicos e tecnológicos para modelar o comportamento humano. Por isso, segundo a autora, sem a participação da imaginação literária, as coisas são grotescas, excêntricas, falham ou retrocedem completamente. Nussbaum (1995) coloca na imaginação um peso decisivo quanto à sua potencialidade, a fim de contribuir decisivamente para a formação de um sujeito ativo e ativador com compromisso para mudanças na vida pública. Em *Poetic Justice*¹¹, a narrativa literária (ficção) aparece como cooperadora para justiça (prática e teórica) em particular e para o público em geral, um ingrediente essencial de uma postura ética que pede a nós que preocupemos com o bem de outras pessoas cujas vidas estão distantes da nossa.

Dessa forma, ainda que se considere a literatura como um instrumento primordial para o acesso ao mundo da imaginação, ela se confronta com a realidade à qual se insere e que a modifica no sentido de chamar ao engajamento comprometido, crítico e afiliado a perspectivas políticas, sociais e filosóficas. Dá-se uma simbiose em função do deformar a realidade para poder transformá-la, por isso o entrelaçamento entre a filosofia e a literatura (ARAÚJO; LEITE, 2015).

¹¹ Justiça Poética

Isso ocorre porque a literatura se centra no possível, convidando os seus leitores a perguntar-se sobre si mesmos. “Ao contrário que na maioria das obras históricas, as obras literárias convidam a seus leitores a pôr-se no lugar de agentes de muitos diversos tipos e a assumir suas experiências¹²”(NUSSBAUM, 1995, p.44)..

Observe-se que a reflexão sobre Hume e Austen, Filosofia e Literatura, no presente trabalho, se traduz em uma Filosofia essencialmente ocidental, o que não descarta a possibilidade de travar um diálogo com outros pensares que permeiam o universo não Ocidental, silenciados pela tradição filosófica eurocêntrica.

2.2 AUSTEN E HUME: ANALÍTICA TEXTUAL

Na reflexão anterior é possível perceber que existe um entrelaçamento entre as duas disciplinas no transcorrer da História da Filosofia e da própria dinâmica da História da Literatura. Poder-se-ia citar mais exemplos como a diversidade de gêneros literários usados pelos filósofos ou mesmo, discutir a filosofia que subjaz nas novelas, contos, aforismos dos literatos. Acreditando que os exemplo citados são suficientes para o entendimento da relação, cabe-nos uma reflexão sobre a literata Austen e o filósofo Hume, ambos sujeitos a uma mesma sociedade, a inglesa, marcada por um contexto de tradicionalismo, pseudos-morais e marginalização de gêneros, no caso das mulheres.

Compreender essa relação indica entender que “a literatura deve fazer parte de uma educação a favor de uma ideia de racionalidade (filosofia) pública mais ampla que a ideia de indivíduo como maximizador de utilidades¹³” (Nussbaum, 1995, p.42). Isso significa a ideia de imaginação como um componente capaz de interferir na configuração de uma forma de racionalidade. Um pensar a realidade que se traduz na visão de Austen sobre os indivíduos e a própria sociedade, bem como o pensar de Hume sobre a vida moral no seu tempo.

¹² *Unlike most historical works, literary works invite their readers to put themselves in the shoes of agents of many different kinds and to take charge of their experiences (Nussbaum, 1995, p.44).*

¹³ *Literature must be part of an education in favor of an idea of public rationality (philosophy) broader than the idea of the individual as a maximizer of utilities (Nussbaum, 1995, p.42).*

David Hume nasceu em Edimburgo, em 1711. “A família queria que ele fosse advogado, porém o filósofo relata que estava apaixonado pela literatura e que sentia uma aversão a tudo o que não fosse a busca pela filosofia e pelo conhecimento em geral” (COPESTON, 2022, p. 993).

Copleston (2022) nos faz rememorar que em seu *Tratado sobre a natureza humana*, Hume afirmara categoricamente que todas as ciências guardam alguma relação com a natureza humana. Para Hume “devemos começar por uma rigorosa investigação dos processos psicológicos humanos e de seu comportamento moral e intentar a continuar averiguar seus princípios e causas” (COPESTON, 2022, p.248).

Hume pressupõe que nossos conhecimentos derivam de impressões, dos dados imediatos da experiência. Descrevendo a diferença entre impressões e ideias a partir da grande intensidade que incide sobre a mente e que se abre no pensamento e na consciência. Hume chama de impressões aquelas percepções que penetram com maior força e violência; sob esta denominação, incluem-se todas as nossas sensações, paixões e emoções que fazem sua primeira aparição no espírito. Por ideias, o filósofo entende “as imagens das mesmas ao pensar e raciocinar” (COPESTON, 2022, p.250).

Jane Austen nasceu em 16 de dezembro de 1775, em Steventon, no condado de Hampshire, Inglaterra. Filha do reverendo George Austen e de Cassandra Austen, Jane Austen foi a segunda mulher dentre sete irmãos. Ainda muito nova Austen foi mandada para um colégio interno, juntamente com sua irmã, a fim de receber educação formal. No entanto, a escola na qual a autora estava matriculada não era rígida o bastante; assim, ao passar de um ano, as irmãs retornaram à sua cidade natal (Steventon) e passaram a receber ajuda dos pais para estudarem (BYRNE, 2018).

Em seus livros, Jane Austen apresenta o modelo de perfeição feminina da época e debochava dele, criando mulheres fortes e determinadas. Criticava a crença de que nada poderia ser mais pernicioso para a vida de uma moça do que a leitura de romances. E, embora pareça paradoxal por ser uma escritora de romances, Byrne recorda que a autora era defensora de romances que pudessem contribuir ironicamente com a crítica a sociedade e, consequentemente ao sentimentalismo enquanto “encenado num código de conduta que dava mais ênfase aos sentimentos do que à razão. [...] Na literatura daquele tempo, o suicídio era visto, por vezes, como a manifestação definitiva da sensibilidade extrema” (BYRNE, 2018, p.88-89).

Jane, contrária a esse modelo sentimentalista, escrevia sobre gerações familiares, onde os mais velhos estavam acomodados a uma tradição e os jovens encontravam-se ávidos por mudanças. Esses fatores, apesar de desagradarem a crítica contemporânea, agradavam o público leitor daquela época e de nosso século (ROSA, 2014).

Jane Austen é uma das escritoras inglesas mais famosas, passados mais de dois séculos de sua morte. Autora de romances como *Orgulho e preconceito*, *Razão e sentimento* e *Persuasão*, consagrou-se por seus diálogos afiados e pela ironia presente em seus romances. Seus recursos de linguagem tinham um alvo específico: a sociedade provinciana inglesa do século XVIII. Sua literatura se aproximava da origem da própria noção de sentimentos, de natureza filosófica e não pejorativa, haja vista que “a sensibilidade tinha origem na filosofia, mas virou um movimento literário, em especial do gênero emergente do romance” (BYRNE, 2018, p.89).

Austen se opõe à realidade proposta pelos romanceiros da época e se aproxima da sensibilidade em suas origens filosóficas, pertencendo, dessa forma, “ao campo da antissensibilidade”, haja vista “que os personagens dos romances sentimentais costumam ser indivíduos frágeis, propensos à sensibilidade, que se manifesta em lágrimas, desmaios e uma excitabilidade nervosa” (BYRNE, 2018, p.89).

É evidente que há um princípio de conexão entre os diferentes pensamentos ou ideias do espírito humano e que, ao se apresentarem à memória ou à imaginação, se introduzem mutuamente com certo método e regularidade. E isto é tão visível em nossos pensamentos ou conversas mais sérias que qualquer pensamento particular que interrompe a sequência regular ou o encadeamento das ideias é imediatamente notado e rejeitado. Até mesmo em nossos mais desordenados e errantes devaneios, como também em nossos sonhos, notaremos, se refletirmos, que a imaginação não vagou inteiramente a esmo, porém havia sempre uma conexão entre as diferentes ideias que se sucediam (HUME, 2004, p.27).

Apoiando em Hume (2004) acrescento que a racionalidade humana é condição de busca pela felicidade, cujo alcance torna-se satisfação de alguma paixão ou afeição. E acrescenta que toda obra tem um objetivo, “[...] nas composições narrativas os eventos ou atos que o escritor relata devem estar unidos por algum elo ou laço; é preciso que estejam uns aos outros na imaginação e formem uma espécie de unidade que possa situá-los em um único plano” (HUME, 2004, p.29).

Conforme Balieiro (2016), Hume defende que a filosofia é uma atividade motivada por paixões e com uma relação direta com a prática. “Se afirmo que meus sentidos me mostram as coisas como elas realmente são, então afirmo uma unidade entre aquilo que percebo e os objetos que existem no mundo. E se os sentidos podem me revelar as coisas do mundo tais como são” (BALIEIRO, 2016, p. 170).

Um diferencial que se apresenta é que no contexto filosófico da moralidade de Hume, provido de uma sociedade machista e patriarcal que o faz conceber as relações de gênero dentro dos parâmetros da sociedade da época, embora numa simbiose operada pelo autor para mudanças tímidas nessas relações (BALIEIRO, 2016), se apresenta, por outro lado, no contexto da literatura de Austen, um não aceitar os ditames conflituosos da moralidade da época: orgulho versus preconceito, e um não aos ditames da moralidade da época, especialmente nas relações de gênero. Observe-se que Austen, em seu personagem feminino principal, na obra *Orgulho e preconceito*, o constrói como sujeito de ruptura dos padrões morais da época. Dessa forma, a existência se descobre como algo dado em um movimento permanente que a cada instante evoca uma tomada de decisão sobre ela mesma, conforme Nussbaum (1995).

Nesse sentido, importa entender o contexto em que se desenrola a filosofia de Hume e a literatura de Austen. Varella (2006) na análise comparativa que faz sobre a História da Inglaterra (textos de Hume e outro de Austen), no artigo *David Hume e Jane Austen: o sentimento e a construção da moderna historiografia inglesa*, inicia chamando a atenção para os valores da sociedade aristocrática do *ancient régime*, os quais eram fundados na posição estamental do sujeito e no seu comportamento na corte, chamando a atenção para o fato de que o que dava sentido e definia a pessoa eram os aspectos externos.

Jane Austen viveu na Inglaterra da Era Regencial, dividida entre a grandiosidade do Império Britânico (o *Act Union* que criou a Grã-Bretanha e que fora assinado em 1801) e as Guerras Napoleônicas. O mundo – e, por mundo, devemos aqui entender especialmente a Europa – estava em convulsão. Entre 1789 e 1848, passamos por três grandes revoluções: a Francesa, de 1789, que derrubou o Absolutismo; a Liberal, de 1830, retratada por Victor Hugo em *Os Miseráveis* e a Primavera das Nações, de 1848, com as revoltas do proletariado (SALES, 2012).

Especificamente no período de vida de Jane Austen – de 1775 a 1817 – temos a revolta das colônias americanas (que viriam a se tornar os Estados Unidos da América em 1783), a queda da Bastilha, o Terror, a ascensão de Napoleão e a guerra quase ininterrupta entre França e Inglaterra (com uma única trégua de dezoito meses, entre 1801 e 1803). Na Inglaterra de 1788, George III teve um dos primeiros ataques do que, mais tarde, se viria a ser considerado porfiria – uma doença genética – dirigindo-se a árvores como se estas fossem colegas de coroa, ameaçando e desconhecendo adversários e aliados, sendo substituído pelo Príncipe de Gales, o futuro George IV, que assumira o reino enquanto o Parlamento discutia se tal regência seria temporária ou definitiva segundo a Constituição. Contudo, somente em 1820 o regente seria coroado como rei George IV, inaugurando período de transição entre a Era Georgiana e a Vitoriana (ROSA, 2014).

O período, considerado liberal é reconhecido como o auge do Romantismo. Um período de efervescência cultural e social vivenciada pela burguesia. Sintonizada, de certa forma com a realidade da época, em uma de suas obra, Austen relembra o almirante Croft, cunhado do Capitão Wentworth, que esteve na batalha de Trafalgar e, desde então, tem estado nas Índias Ocidentais; foi destacado para lá, creio, há vários anos, o que se refere à batalha naval de 21 de outubro de 1805, ao largo do cabo de Trafalgar, na costa espanhola, com a esquadra inglesa comandada pelo herói nacional Almirante Nelson (que morreu após os combates, antes de chegar à Inglaterra), batalha esta, em que Napoleão perdeu o controle do Atlântico, possibilitando inclusive a retirada estratégica da família real portuguesa para o Brasil (SALES, 2012).

Outro aspecto importante diz respeito à situação feminina, que não era das melhores, especialmente a se considerar o chamado “direito de primogenitura”, pelo qual as mulheres eram sempre preteridas em prol do parente homem mais próximo – e servem como exemplos aqui a propriedade de Mr. Bennet (*Orgulho e Preconceito*) e o título de baronete e as propriedades de Sir Elliot (*Persuasão*), que, na falta de um filho homem passariam para as mãos de outros parentes, deixando as filhas em situação precária. Para complicar ainda mais, o casamento fazia com que, as mulheres, no sentido legal, tivessem sua existência suspensa. Em outras palavras, ela se *tornava* o marido (SALES, 2012).

Segundo a descrição de Sales (2012) o sistema legal britânico da época previa que um processo contra uma mulher, deveria ser feito diretamente contra o seu marido. Caso, o proponente fosse a mulher, ela deveria convencer o esposo a assumir a petição inicial. O homem tinha o direito pleno de manter a esposa em cárcere privado; se a esposa decidisse sair de casa, ele poderia forçá-la a retornar e trancá-la. Tinha também o direito de bater nela – e não havia para quem recorrer disso. Legalmente falando, a mulher tinha o mesmo nível de capacidade civil das crianças, dos fora da lei e dos loucos – ou seja, nenhuma.

Somente no ano de 1857 foi aprovado o *Matrimonial Causes Act*, que transferiu a jurisdição para causas de divórcio da Igreja (que fazia de tudo para dificultar as coisas) para cortes civis (que também não facilitavam tanto assim), permitindo que as mulheres se separassem caso houvesse adultério por parte do marido cumulado com violência, estupro, sodomia e variantes.

Hume (2004) em seu *Ensaio V – Do amor e do casamento* considera que:

A humanidade, segundo esse imaginário filosófico, não estava originalmente dividida em machos e fêmeas, como no presente mas cada indivíduo era uma combinação dos dois sexos, sendo em si mesmo marido e mulher, fundidos numa mesma criatura. Esta união era seguramente muito firme, e as partes estavam muito bem ajustadas uma à outra, de forma a existir uma harmonia perfeita entre o macho e a fêmea, obrigados como eram a ser companheiros inseparáveis (HUME, 2004, p.777).

Embora inspirado na visão androgina platônica, que culmina na divisão ofertada pelos deuses contra a humanidade por conta de uma rebelião, Hume (2004) evoca a possibilidade que deve existir entre um casal, como um processo de complementaridade dos sujeitos no encontro ao outro. E, no Ensaio VI – Do estudo da história, admoesta as mulheres a lerem a história para compreenderem que “o amor não é a única paixão que governa o universo masculino, mas inclui-se avareza, ambição, vaidade”, entre outros (HUME, 2004, p.781).

3 HUME E AUSTEN: A FILOSOFIA MORAL

Observou-se, no capítulo anterior, que existe uma relação muita íntima entre Filosofia e Literatura, considerando que a Filosofia é Literatura e que o texto literário pode estar provido de intertextualidade filosófica. E isto se faz mais presente quando se procura estabelecer uma relação com a filosofia moral, a ética ou mesmo com a moralidade imposta por grupos sociais, religiões, entre outros. Nesse sentido, em um mundo de barbárie como o nosso, os valores são transmutados por grupos de interesses se faz necessário uma reflexão estimulada pelo ato de ler.

Os textos literários são úteis à reflexão moral, haja vista que “a experiência literária é privilegiadamente aquela que nos permite enxergar significados e a eles responder em alguma direção alternativa às visões parciais – preconceituosas, hierárquicas, dicotômicas – da realidade” (SATTLER, 2020, p28).

Na percepção de Klaudet (2025), em seu artigo intitulado *Hume e a literatura como filosofia moral*, afirma que os textos literários, ao conterem argumentos explícitos a favor de teorias morais ou de concepções de moralidade, aprovando-as ou criticando-as, permite ao leitor entender e estabelecer uma relação do tempo ido com o presente e perceber a evolução que se faz necessária para aprimorar as relações humanas e a sociedade.

Um outro aspecto em relação aos textos literários é que eles são contributivos para um melhor entendimento/reflexão sobre a filosofia moral, pelo fato de apresentarem e explorarem as ideias em um contexto de maior liberdade, ideias que quando bem articuladas e colocadas em forma de argumentos explícitos tomam-se material de especulação sobre as teorias morais. Por fim, quando encontramos, no processo de construção do trabalho com a literatura na escola, segundo Amorim et al (2022) tratamentos, caracterizações, descrições de ações específicas de sujeitos particulares com suas peculiaridades e seus jogos sociais, tem-se material para confronto de teorias morais com maior clareza sobre a conduta e sobre a natureza dos homens que fazem com que a ética seja levada em consideração nas relações sociais e de poder.

A compreensão das relações entre a literatura e a filosofia moral claramente supõe uma concepção específica da natureza e dos propósitos da filosofia moral. Não

se pode relegar a literatura uma posição secundária, especialmente quando a temática diz respeito às questões que envolve ética e moralidade. A concepção em questão é a de que a filosofia moral é quem detém o repositório da racionalidade moral por excelência, sendo, portanto, uma empreitada intelectual que se ocupa exclusivamente com argumentos, com raciocínios nos quais se passa de certas proposições para outras proposições. A respeito do que é a moralidade e do que constitui seu fundamento, as diferenças entre, por exemplo, Hume e Kant são vistas então como consistindo única e exclusivamente de argumentos e inferências distintos. A filosofia moral vista deste modo se baseia então, como podemos ver claramente, numa concepção comum, talvez aos filósofos somente, do que é a racionalidade (KLAUDAT, 2025).

Klaudat (2025) chama a atenção para o fato de que existe uma tendência no âmbito da Filosofia ou dos professores de Filosofia de, ao usar a racionalidade, acreditar que se deve exigir a exclusão de todo e qualquer envolvimento emocional, passando ao crivo da desconsideração de capacidades especificamente emocionais, de respostas emocionais. Importaria somente os argumentos, os discursos em que há “argumentos estruturados”, inferências formais e materiais.

Contudo,

Treinamento ou habituação do sentimento desempenha um papel essencial no crescimento da compreensão moral. E os procedimentos literários relevantes são então estes ligados aos sentimentos, mas os procedimentos são precisamente os seguintes: estes que direcionam, e não somente provocam, nossos sentimentos e são capazes através disto de produzir convicção racional e ser assim – claro que desta perspectiva – uma forma de instrução moral. Assim a literatura, enquanto literatura, ou em função do que é próprio à sua forma, ao tipo de discurso ou texto que é, pode conter formas próprias de pensamento moral. Isto não do modo como a visão predominante defende, e nem no sentido vazio em que certamente o autor que quisesse atender ao desiderato da visão predominante precisa exercitar seu pensamento (KLAUDAT, 2025, p. 204).

Conforme Klaudat (2025) obras literárias como romances, tais como os de Jane Austen são suscetíveis de provocarem respostas emocionais distintas ante situações e personagens distintos que conduz o leitor a valorizar uma sensibilidade apropriada, um orgulho apropriado, uma suscetibilidade apropriada à persuasão. A obra insere os leitores através de respostas emocionais distintas e a traçar padrões nas nossas vidas que só se tornam visíveis por causa daquelas respostas emocionais produzidas pelo romance.

Amorim et al (2022) recordando o ensino de literatura no contexto da BNCC (Base Nacional Curricular Comum) e da reforma da educação básica, conduz à compreensão de que uma contribuição propriamente moral do romance enquanto romance, enquanto veículo com características e modos próprios, está na compreensão que ele oferece dos elementos morais importantes de nossas vidas através dos padrões que nossas respostas emocionais nos permitem traçar e que nos possibilitam compreender naquilo que se estabelece no romance e na vida real do agora.

Os procedimentos literários e próprios da literatura, que podem conter pensamento moral, são estratégias narrativas que estabelecem um padrão relativamente claro e distinto de reações afetivas que nos conduzirá a um convencimento racional de que uma maneira de olhar para certas áreas da vida humana é melhor ou a correta. “A linguagem expressiva das narrações literárias é particularmente adequada para descrever a experiência moral”¹⁴ (LIMA, 1994, p.51).

Isso acontece, segundo Souza (2018) porque:

O domínio da racionalidade conceitual, fundada na coerência lógica e na pretensão de objetividade, nas considerações de Nassbaum, não consegue penetrar nas regiões de profundidade que tem a experiência humana, onde acontece a trama da vida moral. [...] A literatura na sua particularidade de gênero, como a novela pode ser uma alternativa com condições de atingir o amago da realidade moral (SOUZA, 2018, p.63).

Nesse ponto a Literatura contribui, segundo Amorim et al (2022) com um efeito subversivo frente à ideia da pura racionalidade, haja vista por considerar o homem além de sua materialidade corpórea, de sua formalidade abstrata de pensar, como um ser constituído também de sonhos, fantasias, desejos, imaginação e crenças que sobrevivem de forma entrelaçadas no cotidiano das existências dos sujeitos em si mesmos e na sociedade.

Abre-se, aqui, uma reflexão sobre a Filosofia moral de David Hume e na perspectiva de uma literatura e da literatura de Jane Austen, na perspectiva filosófica. O entrelaçamento das relações dialógicas entre Hume e Austen contribui para compreender um universo do passado, que se faz luz no presente e que pode auxiliar iluminar as expectativas do futuro dos jovens estudantes, especialmente no que se

¹⁴ "El lenguaje expresivo de las narraciones literarias es particularmente adecuado para describir la experiencia moral" (Lima, 1994, p.51).

refere aos aspectos da misoginia, do racismo, das relações com o Outro, enquanto sujeito diferente do eu mesmo.

3.1 HUME: A LITERATURA COMO FILOSOFIA MORAL

No seu trabalho de fundamentação da moralidade, após afastar os célicos e esclarecer que irá desvendar a “verdadeira origem” da moralidade através da pesquisa sobre os princípios gerais da mesma, Hume (2004) se volta em seus Ensaios Morais, Políticos e Literários sobre questões relacionadas “virtude social”.

Para o filósofo importa atentar parar questões como o significado de termos que comparecem em todas as línguas, tais como: sociável, de boa índole, humano, misericordioso, grato, amistoso, generoso, benfazejo. Para Hume, estes são termos para o mais alto mérito que a natureza humana é capaz de alcançar. E, assim, inaugura como objeto sendo aqui mais o especulativo, que a parte prática da moral, exige o estabelecimento da clara compreensão da boa vontade geral e da aprovação da espécie humana, traduzidos na beneficência e na humanidade, na amizade e na gratidão, na afeição natural e no espírito público, ou no que quer que seja que procede de uma terna simpatia com os outros, uma preocupação generosa com a nossa espécie ou tipo. Estas, onde quer que apareçam, parecem se difundir de uma maneira entre todos que as contemplam e solicitar em seu próprio proveito os mesmos sentimentos favoráveis e afetuosos que elas exercem ao seu redor (HUME, 2004).

Klaudet (2025) acentua que Hume, ao investigar os princípios da natureza humana, não tem intenção de considerar os encantos das virtudes sociais, mas antes dar-lhes atenção de um ponto de vista especulativo, isto é, teórico. O homem nasce para a ação e é influenciado nas suas decisões por gostos e sentimentos; ao eleger um objeto, procura evitar outro de acordo com o calor que eles apresentam. Como a virtude pode ser considerada como o objeto mais precioso por todos os filósofos, a literatura contribui para tratar o assunto com maior facilidade e maior adequação à imaginação, ao mesmo tempo no engajamento das nossas afeições. A Literatura contribui para o filosofar, uma vez que leva o indivíduo a sentir a diferença entre vício

e virtude, excitando e regulando nossos sentimentos, inclinando nossos corações para o amor da probidade e da verdadeira virtude moral.

Quando Hume (2009) finaliza a primeira seção do primeiro capítulo do Livro III do *Tratado da Natureza Humana*, faz uma menção ou proposta de subverter com seu sistema o que ele considera como teorias morais vulgares, que implica em forte evidência da condenação de Hume a toda e qualquer tentativa de inferir conclusões morais apenas e tão somente de enunciados sobre fatos. Isso significa que o entendimento humano para o autor, reconhece apenas as relações de ideias ou as questões de fato, cujo conhecimento causal ocorre sob a forma de inferência, a qual surge a partir do hábito e/ou do costume, tendo como princípio a observação de um determinado acontecimento segue, necessariamente a outro.

Uma leitura das obras de Hume implica em perceber que o autor ao demonstrar a incapacidade de a razão fundar as bases do conhecimento, da moral e da religião, convicto de que em um tempo marcado pela hegemonia do logocentrismo e pela crença na infalibilidade do pensamento, outras formas de conhecimento são plausíveis como as sensações. Hume (2009) não nega a razão; ele apenas a deflaciona e a desaloja de sua redoma, até então quase indevassável.

Em seu lugar, ele instaura o reino das sensações. Eis o que o torna uma espécie de argonauta da imaginação, de arauto das paixões. Para ele nada do que é sensorial deve nos ser estranho. Somos homo sentiens, antes de nos tornar homo sapiens. “A razão é escrava das paixões”, dizia ele com a coragem dos sábios. Hume, com isso, confere uma nova dignidade a nossa experiência de mundo e nos coloca em face das sensações que nos animam. “Sinto, logo existo”, poderia ele dizer como uma retaliação possível ao cogito cartesiano e ao seu culto exacerbado nos poderes da razão (PEQUENO, 2012, p.8).

Brito (2025) acrescenta, em seu artigo intitulado *Hume e o empirismo da moral*, que o escocês estabelece uma comparação entre uma visão que chama de vulgar e outra que denomina filosófica em relação aos objetos da percepção. Para Hume, segundo Brito (2025), o homem vulgar acredita que possui uma percepção imediata de objetos continuamente independentes, enquanto os filósofos (Galileu e Locke) demonstraram que nossas percepções dependem da mente, uma relação de inferência de causa e efeito.

Hume (2009) defende que os filósofos morais estabelecem conclusões análogas às do homem vulgar no quesito moral, sustentando a possibilidade de

existência de relações morais independentes entre os objetos. A crítica se destina a todas as teorias e interpretações que assumem a existência de relações morais independentes das percepções humanas.

Brito (2025) acredita que Hume referia-se a todos os sistemas e teorias morais amparadas em conceitos teológicos, o que afetava evidentemente todas as teorias da moral e do direito natural da época, já que todas elas tinham na providência divina seu principal pressuposto.

No *Tratado*, Hume (2009) , as virtudes, como elementos morais, são traços ordenados do caráter que provocam efeitos previsíveis sobre os outros. Para ele não existe paixão na mente dos homens como o amor à humanidade, simplesmente independente de qualidades pessoais, de utilidades, ou da relação com cada um. Para Hume não existe nenhum humano, e realmente nenhuma criatura sensível, cuja felicidade ou miséria não produza efeitos sobre outros. Contudo, a procedência desse efeito se faz meramente por simpatia, e não prova que haja tal afeição universal pela humanidade, uma vez que essa preocupação se estende para além de nossa própria espécie.

Em Hume não existe um senso moral fora da “natureza e vida humanas”; da mesma forma, não há sentido em se discursar sobre um “amor natural” a todas as criaturas humanas, muito menos amor à espécie, a qual seria, para Hume, uma entidade abstrata , haja vista que não faz sentido para Hume que alguém possa literalmente amar entidades abstratas, entidades que não são obviamente portadoras de estados mentais (salvo por mera fantasia ou superstição). Com efeito, a exigência de tratarmos a toda e qualquer pessoa com civilidade e, nesse sentido, com afeição, somente pode ser explicada como uma virtude ou dever artificialmente inculcado (PEQUENO, 2012).

Observa-se que o filósofo acredita que grande parte da filosofia moral antiga e moderna está fundada na concepção da superioridade da razão em relação às paixões quando o assunto diz respeito à experiência de uma vida virtuosa. Isso significa que todo indivíduo que pretenda viver de modo virtuoso deveria conformar suas ações aos ditames da razão. Ao contrário, para Hume se entende que a razão é, e deve ser, apenas a escrava das paixões.

Hume observa que muitas paixões vêm associadas a causas. Isto é, são outras impressões ou ideias que nos fazem sentir alguma coisa. Sentimos um

sabor, em seguida sentimos prazer ou desprazer, conforme o sabor nos apraza ou não. Vemos uma pessoa conhecida, em seguida sentimos amor ou vergonha, por exemplo. Ou ainda: cortamos um dedo, impressão de dor, que nos leva em seguida à sensação de desgosto e raiva (SANTOS, 2024, p.73).

Brito (2025) afirma que Hume recusa a ideia de que o princípio da moral seja o egoísmo e, seu ceticismo, se apoia no fato de criticar toda concepção que defende que o amor é o fundamento da moralidade. Prossegue assinalando que em Hume, nenhum raciocínio pode induzir o sujeito a seguir determinada direção, se não houver para a ação um “algo” que desperte o interesse. Embora a razão seja imprescindível para nos ajudar a discernir, na trama dos acontecimentos, como alcançar o que para nós é útil, a utilidade, ela mesma, não se define senão contra o pano de fundo de nossos interesses e inclinações.

O sentimento, e não a razão, é que se constitui, segundo a natureza humana, a agulha que orienta nossas escolhas e que, com isso, anima nossa vontade para que nos coloquemos em movimento na direção de nossas preferências (HUME, 2009). Deduz-se que se o sujeito não tiver uma inclinação para a promoção do bem comum, se isso não lhe satisfaz, nenhum raciocínio poderá levá-lo a uma vida e sociedade. Nesse caso, somente aqueles que acreditam um razão prática são possíveis de acreditar em diabos e demônios.

“Para que as sementes da virtude lancem em nós suas raízes, é preciso que encontrem um solo propício, é preciso que sejam lançadas na terra fértil do sentimento” (HUME, 1995, p. 175). Esse sentimento não pode ser senão um interesse pela felicidade dos seres humanos e uma indignação perante sua desgraça, já que estes são os diferentes fins que a virtude e o vício têm tendência a promover. O que é útil tem de agradar, sob pena de sermos a ele indiferentes

Para Brito (2024) analisando as ideias de Hume, afirma que para ele o amor que emerge pela boa reputação pode ser governado através de uma paixão oposta, “uma paixão que opõe sua própria força à desse amor, de modo a regular sua intensidade” (SANTOS, 2024, p. 169). Esse elemento é um ponto crucial na perspectiva de Austen, quando coloca os protagonistas de sua obra Orgulho e preconceito, nesse jogo dialético, governando o amor pelo confronto entre duas performances totalmente diferentes: orgulho e preconceito.

3.2 AUSTEN E A LITERATURA COMO CRÍTICA FILOSÓFICA E SOCIAL

Para uma melhor compreensão do universo literário de Austen, utilizamos alguns fragmentos comentados de sua obra *Orgulho e Preconceito*, tradução de Lúcio Cardoso, em sua 22^a edição pela Editora Nova Fronteira, ano 2018. Os fragmentos que seguem foram utilizados como referência para o trabalho em sala de aula com os estudantes do Ensino Médio, na disciplina de Filosofia.

Quando uma pessoa se debruça sobre a mais famosa obra de Jane Austen, não encontra apenas uma história de amor ardente como comumente se vê na literatura. Encontra a luta de uma mulher que me razão do seu gênero e sua condição social baixa, enfrenta diversas dificuldades. É uma obra que leva o leitor a questionar, a pensar, refletir o papel humano, social e até mesmo intelectual.

Entre seus protagonistas, temos Elizabeth Bennet (Lizze), que vem de uma família de mulheres, ela e mais quatro irmãs, numa sociedade em que a legislação inglesa não permitia que mulheres herdassem. Logo, era uma mulher sem dote, preocupada com a moral da época. Seu único meio de sobrevivência, com a morte do pai, seria o casamento vantajoso, coisa que a heroína não desejava, por ser leitora assídua acreditava e valorizava os sentimentos e a inteligência.

Sr. Darcy, era um homem de fortuna abastada, odiava pobre e pobreza, preocupava-se com a moral e possuía critérios rígidos de como uma mulher deveria se portar socialmente. Possuía um senso crítico elevado e ajudava os amigos.

No capítulo 1 a história começa com a mãe de Elizabeth, a Senhora Bennet, contando ao marido sobre a vinda de um cavalheiro rico que seria a “salvação de suas filhas”, exigindo de seu marido que realizasse uma visita ao rapaz, já que pela regra moral da sociedade da época a família só poderia ter novas amizades, se primeiro o chefe da família, desse seu aval.

Mrs. Bennet:

- Meu caro, você deve realmente ir ver Mr. Bingley, quando ele chegar.

Mr. Bennet:

- Não quero tomar esse compromisso.

Mrs. Bennet:

- ... Deve ir, pois a nós mulheres, será impossível fazê-lo, se antes você não o fizer (Austen, 201, p.13).

É fácil perceber no diálogo acima que as regras morais para as mulheres eram muito rígidas, caso o chefe da família se recusasse a aceitar o novo vizinho, sua esposa e filhas jamais poderiam fazer. Não bastasse isso, uma vez casadas, as mulheres, no sentido legal, tinham sua existência suspensa. Em outras palavras, ela se *tornava* o marido.

No sistema legal britânico da época, se você quisesse processar uma mulher, tinha de processar o marido dela. E, se ela quisesse processar você, ela teria que convencer o marido a fazê-lo. Se o marido quisesse fazer a doação de uma propriedade para o nome da esposa, ele não podia fazê-lo porque... bem, porque era o equivalente a fazer uma doação para si mesmo. Se a mulher fosse uma autora e ganhasse dinheiro com isso... o dinheiro era do marido. E por aí vão as consequências dessa interpretação legislativa (JASB, 2025)

No capítulo 3, Austen, aborda uma nova narrativa moral com a chegada com Senhor Darcy, que nas palavras da própria autora, era orgulhoso, permanecia afastado do grupo, e parecia impossível de contentar. E nem mesmo toda sua grande propriedade, no *Derbyhire*, pode salvá-lo da opinião que começava a formar-se a seu respeito, de que ele tinha modos antipáticos e desagradáveis. Recursou-se a ser apresentado a qualquer moça e passou o resto da noite andando pelo salão, conversando ocasionalmente com uma ou outra pessoa do seu próprio grupo, seu caráter estava fixado. Era o homem mais orgulhoso do mundo (Austen, 2018, p. 22).

Por sua vez, Elizabeth Bennet, que Austen descreve como sensata e crítica, achou os novos vizinhos orgulhosos e convencidos. Tinham, portanto, as aptidões necessárias para pensar bem de si mesmos emediocremente dos outros. Nesse capítulo a autora traz à baila a discussão sobre a ideia de moral definida no orgulho, preconceito e vaidade daqueles que possuíam maiores fortunas e detimento dos pobres, as normas de comportamento eram definidas pelos padrões da elite da época georgiana da Inglaterra. O debate esquenta no diálogo entre Mrs. Bennet, Lizzy, Miss Lucas e Mary Bennet, sobre o Sr. Dacy:

Mrs. Bennet:

- Se eu fosse você, Lizzy, na próxima vez me recursaria a dançar com ele

Lizzy:

- Creio que posso lhe prometer com segurança que nunca mais dançarei.

Miss Lucas:

- O seu orgulho não me ofende tanto. Como o orgulho em geral, porque existe um motivo para ele. Não é de admirar que um rapaz tão distinto, com família, fortuna, tudo a seu favor, tenha de si mesmo uma alta opinião. Se posso exprimir-me assim, ele tem o direito de ser orgulhoso.

Mary Bennet:

- O orgulho. É um defeito muito comum, creio eu. Por tudo o que tenho lido, estou mesmo convencida de que é muito comum, que a natureza humana manifesta uma tendência muito acentuada para o orgulho, que são pouquíssimos os que não alimentam esse sentimento, fundados nalguma qualidade real ou imaginária! A vaidade e o orgulho são coisas diferentes, embora as palavras sejam frequentemente usadas como sinônimos. Uma pessoa pode ser orgulhosa sem ser vaidosa. O orgulho se relaciona mais com a opinião que temos de nós mesmos, e a vaidade com o que desejariamos que os outros pensassem de nós (Austen, 2018, p.30 e 31).

A autora inicia o capítulo 7, com a informação da chegada futura do primo Mr. Collins. A fortuna do Mr. Bennet consistia quase que exclusivamente numa propriedade que lhe rendia duas mil libras por ano. Infelizmente para as suas filhas, esta propriedade estava legada a um parente distante, pois não havia herdeiros masculinos diretos: e a fortuna da sua mãe, embora suficiente para sua situação na vida, mal bastava para suprir as deficiências da fortuna de seu pai (Austen, 2018, p. 42).

No geral, contudo, a situação feminina não era das melhores, especialmente a se considerar o chamado “direito de primogenitura”, pelo qual as mulheres eram sempre preteridas em prol do parente homem mais próximo – e servem como exemplos aqui a propriedade de Mr. Bennet (*Orgulho e Preconceito*) e o título de baronete e as propriedades de Sir Elliot (*Persuasão*), que, na falta de um filho varão, iriam para as mãos de outros parentes, deixando as filhas dos respectivos cavalheiros numa situação precária (JASB, 2025, p.3).

Com a personagem de Elizabeth Bennet, Jane Austen, não criou apenas uma heroína comum, uma donzela à espera do seu príncipe montado num cavalo branco, como se costuma encontrar nos romances. Longe disso, Lizzy é uma mulher da língua afiada, sempre com uma resposta sarcástica, numa época que muitas vezes uma mulher se quer deveria falar. Por essa razão, alguns críticos consideram a personagem uma protofeminista.

As questões enfrentadas pelas mulheres frente a moral da época que lhes era imposta ficam em evidência na história quando Austen nos capítulos 46 ao 49, traz a fuga de Lydia com Mr. Wickham. A situação gera aflição na família pois todas as irmãs seriam consideradas socialmente desgraçadas.

Mary Bennet:

- Isto é um acontecimento bem desagradável. E provavelmente será muito comentado. Mas, nós devemos nos opor à maré de maledicência, e derramar sobre os nossos corações feridos o bálsamo dos consolos fraternais.

- Por infeliz que tenha sido Lydia, podemos tirar disto uma lição útil. Que a perda da virtude numa mulher é irremediável. Que um só passo falso acarreta uma série de desgraças sem fim e que sua reputação não é menos frágil que sua beleza. Que uma mulher nunca pode ser cautelosa demais para com as pessoas do outro sexo, especialmente as que não merecem sua confiança. (AUSTEN, 2018, p. 274 e 275).

Contudo, para a crítica Elizabeth Bennet é vista como uma feminista, que repudiava a ideia de casamento como um acordo de vantagens. Para ela os sentimentos eram importantes. Por essa razão, no capítulo 19, quando sua mãe queria que ela casasse a todo custo com o primo que herdaria a propriedade do seu pai, a heroína, recusou prontamente a proposta causando mal-estar entre o primo e sua família.

Na proposta de casamento realizada por Mr. Colllins, a recusa de Elizabeth Bennet é provida/ acompanhada de uma atitude, na época considerada ultrajante, de sair e deixar o interlocutor falando a sós. Por outro lado, como vimos no item 3.1, último parágrafo, Mr. Collins não apresentava as condições necessárias para que brotasse uma relação de paixão e muito menos de amor, haja vista que nas condições apresentadas, o que estava em jogo era a situação ou as circunstâncias impostas pela sociedade, uma moral regrada pelos ditames da religião, das coerções governamentais e das leis.

Elizabeth Bennet:

- Asseguro-lhe que não tenho quaisquer pretensões a esta espécies de elegância, que consiste em torturar e atormentar um homem respeitável. Prefiro que me dê a honra de acreditar na minha sinceridade. Repito meus agradecimentos pela grande honra que me deu, mas é-me inteiramente impossível de aceitá-lo. Todos os meus sentimentos o impedem. Posso falar mais claramente: não me considere uma mulher elegante, que tem a intenção de atormentá-lo, mas uma criatura racional, falando a verdade do coração. (AUSTEN, 2018, pp. 115,116 e117).

Além disso, Lizzy, tinha repúdio ao contexto social, onde o mais importante era a linhagem das pessoas e a separação por classes. Desde muito cedo a menina se rebelou contra o sistema da sociedade da Inglaterra do início do século XIX, a aristocracia. E dessa forma Jane Austen, alimenta o diálogo sobre a moral e reflete criticamente sobre a sociedade de sua época.

No capítulo 33, Elizabeth conversa com o coronel Fitzwillian sobre a nobreza da época. Como sempre usa tom de crítica e zombaria muitas vezes percebidos pelas pessoas a sua volta. Para ela, os filhos dos nobres não sabiam o que eram virtudes e submete o crivo das paixões aos interesses econômicos, especialmente dos homens em relação às mulheres ricas, acrescentando que os jogos de conveniência social estariam sob as paixões e o próprio sentimento do amor.

Elizabeth Bennet:

- A não ser que se apaixonem por mulheres ricas e eu creio que muitas vezes isso acontece.

Coronel Fitzwillian:

- O hábito que temos de gastar dinheiro nos torna dependentes demais. E não há muitos na minha situação que podem casar sem considerar a situação monetária.

“Será isto uma indireta pra mim? Pensou Elizabeth. E esta ideia fê-la enrubescer; mas, dominando-se, disse, num tom alegre:

- E diga-me, qual é o preço usual para o filho mais moço de um nobre? A não ser que o irmão mais velho seja muito doente, não creio que possam exigir além de cinqüenta mil libras (AUSTEN, 2018, p.182).

A mente criativa e crítica de Jane Austen não parou por aí. No tema central do romance que é a história de amor de Elizabeth Bennet e Mr. Dacy, o tema social aparece no capítulo 34, quando o cavalheiro decide confessar a Lizzy seus sentimentos e em meio a confissão afirma que tentou lutar contra os infortúnios da inferioridade da família de Elizabeth que era considerada por ele inadequada. Ao passo da confissão juntamente com o pedido de casamento, a jovem enamorada se sentiu magoada, nas palavras exatas da autora na página 188, 3º parágrafo, descreve que “*Elizabeth provou o seu ressentimento e encolerizada, perdeu toda a compaixão. Procurando, no entanto, dominar-se, para responder com paciência, assim que ele terminasse de falar*”. Jane Austen ipsis litteris.

Resposta de Elizabeth ao pedido de casamento feito pelo Mr. Dacy:

- Por minha vez, eu poderia perguntar – replicou ela- por que, com o intuito tão evidente de me ofender e de insultar, o senhor resolveu dizer que gostava de mim contra sua vontade, contra a sua razão e mesmo contra o seu caráter?

Mr. Dacy:

-pode exigir de mim que me felicite pela inferioridade social dos seus parentes? Ou que me alegre com a esperança de me relacionar com pessoas de condição inferior à minha?

Elizabeth Bennet:

- O senhor está enganado, Mr. Dacy. A sua atitude pouco cavalheiresca apenas me poupou o desgosto de recusar seu pedido, se tivesse sido feito de outra forma.

- Posso dizer que desde o princípio, desde o primeiro instante quase em que o conheci, as suas maneiras me convenceram de que era um homem arrogante, pretensioso, e de que tinha a maior indiferença pelos sentimentos dos outros. Esta impressão foi tão profunda que constituiu, por assim dizer, o alicerce sobre o qual os acontecimentos subsequentes elevaram uma indestrutível antipatia; e menos talvez de um mês depois de conhecê-lo, estava convencida de que o senhor seria o último homem no mundo com o qual eu me casaria (AUSTEN, 2018m pp. 189,190 e 191).

As humilhações por Elizabeth Bennet ser de família fora da nobreza não foram poucas. Mais tarde, após ela resolver suas desavenças com o Mr. Dacy, que se empenhou em desfazer todo mal entendido existente entre os dois. No capítulo 56, Tudo parecia caminhar para o desfecho final do romance, quando a tia do rapaz descobre os planos de casamento e pega sua carruagem coche puxado por quatro cavalos, e viaja até o vilarejo onde reside a família Bennet para tomar satisfações com Elizabeth, tentando fazer a heroína entender qual seria o seu lugar. Entretanto, Lizzy não se deixa intimidar mostrando que sempre foi senhora de si nunca se dobrando as imposições sociais de sua época.

O personagem Lady Catherine de Bourgh, não pelo status da nobreza, mas pela riqueza interpela as questões cruciais para a época como a honra, a decência e a prudência, e especialmente interesse como uma condição de escolhas racionais para alianças conjugais. Essa ideia é questionada por Elizabeth relembrando que as condições sociais a que se submetem as mulheres pobres casadas com maridos ricos tendem a modificar as relações. Nussbaum (2013) centra as questões de liberdade e igualdade e a posição da mulher, quando celebrado um contrato social. Demonstra a filosofa, que quem celebrou o pacto foram os homens, que eram os geradores da riqueza. Este seria, na visão da autora, um dos elementos que contribuíram para a formação desigual entre homens e mulheres. Observe a concepção de amor no trecho seguinte e o desfecho dado pela orgulhosa Elizabeth:

Lady Catherine de Bourgh:

- Não me interrompa. Ouça-me em silêncio. Minha filha e meu sobrinho são feitos um para o outro. Ambos descendem pelo lado materno de uma nobre linhagem. E do paterno, de famílias respeitáveis, honradas e antigas, embora sem título. As fortunas de ambos são excelentes. É voz unânime nas respectivas famílias que eles estão destinados um para o outro. E quem pretende separá-los? Uma moça ambiciosa, que não possui nem família, nem relações ou fortuna. Isto pode ser tolerado? Não deve ser e não o será. Se

pesasse seus próprios interesses, não desejaria sair da esfera em que foi criada.

Elizabeth Bennet:

- Não acho que se me casar com seu sobrinho, sairei da minha esfera. Ele é um *gentleman*. Eu sou filha de um *gentleman*. Portanto, somos iguais.

Lady Catherine de Bourgh:

- De fato é a filha de um *gentleman*. Mas quem era a sua mãe? Quem são seus tios e tias? Não pense que eu ignoro a situação deles.

Elizabeth Bennet:

- Qualquer que seja a situação deles – respondeu Elizabeth-, se seu sobrinho não faz objeções a isto, não sei em que isto lhe pode interessar.

- Agora já nada mais terá a dizer – replicou Elizabeth, ressentida.

- Já me insultou de todas as maneiras. Com sua licença vou voltar para casa.

Lady Catherine de Bourgh:

- Então está resolvida a obtê-lo?

Elizabeth Bennet:

- Eu não disse tal coisa. Mas estou resolvida a agir de maneira a conquistar o que eu considero a felicidade, sem pedir os seus conselhos e nem os de qualquer outra pessoa estranha à minha família.

Sem procurar persuadir Lady Catherine que entrasse novamente, Lizzy virou as costas e se dirigiu calmamente para casa. Enquanto subia as escadas ouvia a carruagem partir (Austen, 2018, pp. 334, 335, 336 e 337).

A mente de Jane Austen, traçou um paralelo entre uma história de amor e os conceitos morais da época. Ao final da obra Elizabeth Bennet resolve suas desavenças com Mr. Dacy e os dois resolvem enfrentar os desafios da falta de nobreza da família Bennet, bem como Elizabeth ganha espaço para lutar pelas questões femininas, ela crítica, ela enfrenta, as vezes sarcásticas, outras vezes irônica, mas sempre de bom humor.

Assim a história termina com o casamento de Elizabeth Bennet e Mr. Dacy. Levando o leitor ao mergulho profundo sobre moral, o patriarcalismo e preconceitos sociais, mostrando que a leitura é sempre o melhor caminho para uma mente livre, usando a literatura para filosofar as questões da vida.

Nesse contexto social da época, não se pode dizer que Hume fugiria à condição, como homem, de situar-se como "machista", em relação às mulheres. Contudo, Balieiro (2025) refletindo sobre as mulheres na obra de Hume, afirma que a maneira como as mulheres foram apresentadas na obra de David Hume está longe de ser objeto de consenso.

Para Baliero (2025) Hume depois de criticar a separação entre o chamado mundo erudito e o chamado mundo da conversação, a qual reduziria o tempo passado em companhia a “fofocas e observações fúteis” e a filosofia a um discurso “quimérico em suas conclusões” e “ininteligível em sua maneira de exposição” (HUME, 2024, p. 534), o autor se mostra otimista com a união entre essas duas realidades, a erudita e a sociável, em seu próprio tempo. Em seguida, dirige-se às mulheres, às quais se refere como soberanas do mundo da conversação, afirmando que seria possível, caso os integrantes da república das letras não fossem tão zelosos de sua posição, entregar ao *fair sex* o domínio sobre o mundo erudito. Sugere, ainda, que o gosto das mulheres, ainda que não seja guiado por regras, é mais confiável quando se fala em obras que estejam ao alcance delas, o que seria bem compreendido por “homens de senso, que conhecem o mundo” (HUME, 2024, p. 536).

Em Hume (2024) – mesmo de maneira tímida para a época – as mulheres na seriam confiáveis no que diz respeito a livros de galanteria ou de devoção, uma vez que, nesses casos, tenderiam a privilegiar mais a intensidade do que a justezza da paixão. Para o filósofo, as mulheres aprenderiam que os homens não são criaturas tão perfeitas, e que não são governados apenas pela paixão amorosa. A ideia, seria que a leitura de textos históricos constituiria uma espécie de antídoto contra essa tendência, por parte das mulheres de privilegiar paixões intensas, em detrimento das justas. Baliero (2025) cita o fato de que o filósofo lembra, por exemplo, uma ocasião em que deu a uma senhorita um exemplar de *Vidas*, de Plutarco, assegurando-lhe que não havia qualquer verdade naquelas páginas. “Recomendo às mulheres que escondam seu conhecimento diante de todos que não são dignos deste, nem delas” (HUME, 2024, p.536).

Em Nussbaum (2020) é importante levar em consideração o que Hume defende em sua filosofia céтика e empirista e o que Austen anuncia coloca como prerrogativa de sua literatura: a importância das emoções em relação ao pensamento racional na compreensão filosófica da narrativa literária, no que diz respeito a sua imaginação e experiência concreta de crítica ao que a sociedade estabelece com valores morais. Nesse sentido, Nussbaum (2020) analisa a importância do cultivo das emoções nas artes e na literatura, considerando que a leitura de romances pode promover um diferencial no momento das decisões morais ou mesmo de justiça.

Vimos, a partir da relação/reflexão da diáde literatura e filosofia, Hume e Austen, que para cuidar da complexidade e da infinita variedade da experiência humana da maneira como ela é experimentada e percebida, os indivíduos não podem ser reduzidos a modelos estatísticos, mas incorporados em um modelo filosófico e literário que ao mesmo tempo que expressa a solidez também o faz com fluidez (BAUMANN; MAZZEO, 2020).

4 INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA/CONSTRUÇÃO DOS SABERES

O processo de intervenção pedagógica nasce como produto das reflexões sugeridas, em sala de aula, para pesquisas dos estudantes sobre a moral no pensamento construído por David Hume e na leitura de trechos selecionados (citados e refletidos no item anterior) da obra de Jane Austen, *Orgulho e preconceito*.

A literatura ensina que a experiência humana imaginada chega ao leitor de forma pré-interpretada. A Filosofia exigiria o esforço de uma “hermenêutica” secundária da própria imaginação reinterpretada. Contudo, as duas realidades se retroalimentam, no momento em que os estudantes, ao confrontarem a realidade contada com a realidade experienciada e com a reflexão filosófica, são “excitados intelectualmente e sentimentalmente” a um “continuum” de movimento, o qual se expressa no desejo de conhecer mais e mais a Literatura (os textos literários) e a Filosofia (textos e filósofos) que servem de “iluminatio” para o voltarem-se sobre a própria existência seus desafios no hodierno.

Adentrar no universo literário e filosófico é um ponto de partida fundamental para que as (os) jovens e adolescentes desenvolvam a capacidade de identificar a história como uma pessoa ou uma experiência. Afinal, “o professor é um especialista da aventura interior, o artesão do tempo, mão que dá cartas para a juventude” (BAUMAN; MAZZAEO, 2020, p.38),

4.1 O CONTEXTO DO TRABALHO FILOSOFICO EM SALA DE AULA

O meu trabalho com o ensino de Filosofia no Ensino Médio proporciona desenvolver aspectos essenciais de compreensão leitora de textos que despertem a atenção dos estudantes. Nesse sentido, se espera com o ensino de Filosofia no Ensino Médio, a partir da construção de um ideário de leituras desenvolvidas pelos mesmos é despertar o interesse em leituras que ajudem a compreensão das temáticas filosóficas disponíveis na estrutura curricular trabalhada.

Nesse sentido, tem início com o encontro dos estudantes com romances de época, os quais podem ser trabalhados em sala de aula, daí o interesse por Jane Austen, considerada uma autora cujo trabalho goza de popularidade e cujas obras vem sendo adaptadas para o cinema e a televisão. Austen pode ser descrita como uma escritora de primeira grandeza tendo seus escritos considerados com teor verdadeiramente filosófico.

O processo metodológico de construção das expectativas do desenvolvimento do hábito de ler e de interpretar e compreender Filosofia, inicia com o convite para que tenham acesso ao texto literário ou ao filme, pelos quais os estudantes serão motivados a fazerem uma síntese da leitura, dos personagens, das questões levantadas pelos autores, do qual se fará um relatório ou resumo das principais ideias. Segue-se a análise da atual realidade e quais as lições que poderiam ser tiradas para que haja mudança de comportamento, construção de uma consciência crítica e de um itinerário ou projeto de vida ético em sala de aula, na escola, na família e na comunidade em que estão inseridos.

Espera-se com o desenvolvimento da aula que os estudantes aprendam a estabelecer comparação entre os diversos tipos de linguagem que se pode ter à disposição para o processo de ensino e aprendizagem, desde a aprendizagem não formal que se inicia no momento da inserção no mundo pela família até o espaço escolar. Os alunos são estimulados a desenvolverem um estudo dirigido e pesquisa via internet e apresentaram que existem: linguagem verbal e não verbal, matemática, simbólica, criptográfica, sinais.

Fundamentando nas aulas anteriores, os estudantes puderam embasar o ponto de vista na ideia de que a diversidade, a multiplicidade e a riqueza da linguagem dependem de sua abertura para novas experimentações, especialmente com o avanço das tecnologias e o acesso facilitado às redes sociais. Acresce-se, como consequência, a necessidade de se estabelecer momentos de questionamento sobre o que se defende, por exemplo, as religiões cristãs de origem pentecostal e neopentecostal que defendem, baseadas na ideia bíblica inflexível e imutável. Em sua maioria o professor deve mediar a construção de um consenso de que esses posicionamentos podem e devem ser questionados.

Vivemos em um universo pedagógico, especificamente nas aulas de Filosofia, com limites de tempo (carga horária reduzida), que faz com que os estudantes fiquem

questionando se não é muita coisa para se discutir e pensar. No ensino de Filosofia no Ensino Médio esperamos que os estudantes tenham consciência de que o tempo é uma questão de preferência, de opção, dedicação.

Por exemplo, espera-se que os estudantes, a partir da leitura do texto de SCHOPENHAUER, Arthur. *Sobre a filosofia e seu método*. São Paulo: Hedra, 2010. p. 79 , percebam que o conceito de tempo é problemático, haja vista que se de um lado apresenta-se provido de universalidade, de outro, alimenta a possibilidade de ser apenas um referencial confundido com horas, épocas, dias, semanas, séculos e momentos. O eterno vislumbrado pela razão somente se mostra na história, ainda que não se revele perfeitamente no tempo. É a história que vincula o eterno, o uno e o verdadeiro com o presente. Porém se ele não se revela perfeitamente no tempo, sem a razão ficamos prisioneiros de nossa historicidade e perdemos contato com o eterno, ou uno. Assim, a razão englobante permite reconhecer uma realidade que está além do que a razão pode perceber, mas que se mostra nela parcialmente.

A expectativa com o ensino de Filosofia no Ensino Médio é o tornar possível proporcionar e desenvolver aspectos essenciais de compreensão leitora de textos que despertem a atenção dos estudantes. O trabalho realizado em sala de aula tem com eixo principal a obra “Orgulho e preconceito”. As motivações que levaram a essa escolha parte da hipótese de que que a literatura tende a despertar o interesse dos estudantes para leitura em sala de aula e em outros ambientes, considerando que tanto a prosa como a poesia são essenciais na compreensão de que o homem não é apenas razão, é também sentimentos e não se deve confundir sentimentos com desejos. Os sentimentos constituem uma área intermediária entre o sensível e o intelectual. É o amor, o ódio, a tristeza, a esperança, o desespero, etc. É importante entender que os sentimentos não podem ser controlados em sua origem, ninguém escolhe por quem vai se apaixonar ou odiar, mas pode refletir e questionar. Tudo isto integra o universo existencial dos estudantes no cotidiano de suas existências.

Austen, assim como Hume, com o qual se provocará um diálogo, acreditavam que pela ação da inteligência é possível e desejável uma educação moral, o que constituiria a essência da felicidade. Os autores têm em comum o fato de considerarem que a dedicação excessiva aos estudos e à leitura, em detrimento do cultivo das boas relações sociais, é extremamente perniciosa.

Hume, em sua obra *Ensaios Morais, Políticos e Literários* afirma que o mundo da conversação teria muito a perder quando separado de algum conhecimento de temas como história, poesia, política e filosofia. A ideia de que o abandono da sociabilidade em favor dos livros pode ser pernicioso está presente, também, na supracitada obra de Jane Austen. A sociabilidade é um processo que supera o orgulho e o preconceito na construção de uma ética individual e comunitária, que vem sendo esquecida pelo individualismo e a competição nos espaços escolares. Nesse sentido, espero com o ensino de Filosofia despertar os estudantes para a experiência da leitura filosófica como algo prazeroso, gostoso, motivador e associado ao nosso ser existencial.

Pensar a educação ética e moral nos dias atuais exige um esforço dos profissionais em educação no sentido de sensibilizar os estudantes em relação à necessidade de comportamentos que promovam o bem estar social, a solidariedade, a tolerância, o respeito às diferenças, a superação do orgulho e do preconceito. Nesse sentido, trabalhar a literatura de Jane Austen e fragmentos de textos de David Hume permitirá atingir o que mais se espera dos nossos estudantes de Filosofia no Ensino Médio que é construir uma leitura crítica da realidade da época e traçar parâmetros de comparação com a realidade atual, sob a perspectiva de uma formação filosófica ética.

Em “Orgulho e Preconceito” Austen não foge aos dilemas impostos pela secularização. Como a virtude religiosa não é mais o modelo da ação, impõe-se a tarefa de escolher o sistema de conduta mais adequado à vida moderna. A atualidade de sua obra assenta-se em sua proposição de uma ética intransigente que segue ainda como uma “promessa de felicidade”. A facilidade dos estudantes e o gosto pela literatura, bem como a possibilidade de uma leitura dialogada e partilhada em sala de aula motiva ao uso do texto de Austen.

No processo de construção da leitura dos textos, especialmente nos textos de literatura, orientamos os estudantes a tentarem perceber como os personagens navegam em suas falas e como se posicionam frente ao universo cultural, econômico e social da época, isto para evitar o que afirma Eagleton: O erro mais comum dos estudantes de (**ao lerem literatura** – grifo nosso) é ir diretamente ao que diz o poema ou o romance, deixando de lado a maneira como se diz” (EAGLETON, 2024, p.12).

A riqueza do encontro com o romance de Jane Austen é perceber as nuances da literalidade da obra: ambas – Literatura e Filosofia são instrumentos de diálogos, de retórica, de interpretação e hermenêutica.

As obras literárias (**também as filosóficas** – grifo nosso), além de relatos, são peças retóricas. Exigem um tipo de leitura especialmente alerta, atenta ao som, ao estado de espírito, ao andamento, ao gênero, à sintaxe, à gramática, à textura, ao ritmo, à estrutura narrativa, à pontuação, à ambiguidade – de fato, a tudo o que entra na categoria de “forma” (EAGLETON, 2024, p. 12).

Como a linguagem é construção constituída da realidade e das experiências ela não se resume ou se reduz a uma expectação das palavras. Conforme Melo (2025) Filosofia e Literatura são universas de uma mesma dimensão cognoscente e de sensações, plurais, mas concorrentes.

4.2 METODOLOGIA DA INTERVENÇÃO

O desenvolvimento da metodologia de intervenção partiu do princípio de que ocorra de forma totalmente inovadora, considerando o protagonismo dos estudantes, o melhor aproveitamento do tempo em sala de aula e extraclasse, tempo para aprender a aprender, e a experiência de aprendizagem realmente significativa.

Os estudantes envolvidos no projeto são do 3º ano do Ensino Médio, de uma Escola Estadual do Município de Palmares, em um total de 39 estudantes do gênero masculino e feminino. A maior parte dos sujeitos que participaram do projeto são provenientes do espaço rural do município, muito de famílias que laboram a terra, com um pequeno percentual do espaço urbano (seis estudantes).

Uma das dificuldades encontradas pelos mesmos foi a acessibilidade aos textos de Hume e de Austen, haja vista as limitações impostas pelas políticas educacionais do Estado de Pernambuco, haja vista o pouco ou nenhum investimento em acervo para a biblioteca.

Como o acesso ao filme Orgulho e preconceito foi mais fácil, uma vez que eles utilizam celulares e têm acesso a internet, alguns fragmentos (como os citados no item

anterior) foram copiados e distribuídos entre eles (de Austen e de Hume), facilitando com que os estudos, aprofundamento e os debates ocorressem de maneira eficiente e eficaz.

O primeiro momento a ser realizado, depois de assistirem ao filme foi o acesso aos textos. Realizamos uma aproximação do tema, a seleção do contexto e a apresentação do problema real (moralidade – orgulho e preconceito), passando em seguida para a escuta de todos envolvidos para a análise do problema.

Insistimos que os discentes pautassem as pesquisas (extraclasse) e o desenvolvimento dos trabalhos em sala de aula, pela reflexão e julgamentos realizados pela análise dos conteúdos (Hume e Austen), de modo a desenvolverem a capacidade de comunicar ideias e explorar fenômenos desconhecidos, despertando, dessa forma, o interesse pela criatividade, originalidade e iniciativa.

No desenvolvimento da atividade de sentir e pensar a partir de Austen, os grupos de estudantes salientaram que orgulho e preconceito são duas características marcantes não apenas das relações interpessoais, mas também se reproduz nas relações sociais, o que se apresenta, segundo a maioria, no fato de serem pretos, do espaço rural e pobres, sentirem mais vergonha em determinados espaços sociais do que orgulhosos e, ao mesmo tempo assistem “olhares” e comportamentos em relação a eles, de preconceito pelas condições sociais e mesmo, por estudarem em uma escola que se encontra “quase” no espaço rural.

Em relação a Hume, os estudantes foram motivados a terem clareza da perspectiva que deveriam investigar de forma aprofundada. A partir das descobertas e compreensões compartilhadas, os grupos começaram a preparar um mural colaborativo que contém seu entendimento da perspectiva estudantil sobre a questão da moralidade. A maioria dos estudantes acreditam que o conceito moral de Hume se faz necessário refletir nos dias atuais, devido ao ceticismo operado em campos estratégicos da vida social, política e econômica, em que tudo é permitido para quem poder e tudo é proibido para quem é “pobre”.

4.3 RESULTADOS/PRODUTOS PEDAGÓGICOS

Diante dos resultados construídos pelo estudantes nos murais anteriores criou-se um novo mural, o qual foi apresentado pelo uso de ferramentas de vide conferência (powerpoint) e compartilhado em forma de um jornal.

O jornal/mural foi apresentado primeiro às outras turmas do Ensino Médio com aulas de Filosofia e, em seguida, a toda a comunidade escolar. No processo de apresentação, os estudantes eleitos para a condução da mesma, promoveram, com motivação, uma sessão de "chuvas de ideias" – *brainstorming* – para o registro sobre o que sabiam a respeito da temática apresentada: Orgulho – Preconceito – Moralidade. Esse momento foi importante porque os próprios estudantes perceberam a evidencia de lacunas de conhecimento e visões divergentes sobre a questão apresentada.

Depois da apresentação, os próprios estudantes se propuseram à realização de uma avaliação com os participantes que participaram da apresentação , de forma espontânea, e os resultados apresentados consistiu no seguinte, a partir da pergunta o que foi ou não importante para a comunidade saber sobre o tema proposto a partir de Austen e Hume?

- ✓ O tema foi curto, mais preciso;
- ✓ De interesse e relevância para a comunidade escolar;
- ✓ Atual;
- ✓ Demonstrou utilidade pedagógica;
- ✓ Provocou divergências;
- ✓ Demanda uma tomada de decisão;
- ✓ Desvelou problemas de colegas e da sociedade escolar;
- ✓ Ofereceu oportunidade para que os estudantes colocassem "a mão na massa" e fossem promotores da reflexão;
- ✓ Incentivou à pesquisa, de modo que todos devem procurar se apropriar de conceitos e estudarem mais;
- ✓ Os objetivos foram claros e definidos;

Essas foram as avaliações apresentadas pela comunidade escolar (entre outras menos significativas) que permearam as discussões, as conexões emocionais, a, cooperação e o interesse pelo aprofundamento maior do tema.

O texto construído pelos estudantes em jornal/mural foi entregue à coordenação pedagógica que ficou responsável pela sua reprodução e distribuição na escola, em bibliotecas e em outras escolas da rede estadual e municipal, cujo tema é LITERATURA E FILOSOFIA: MÃOS DADAS CONTRA O ORGULHO E O PRECONCEITO.

Significativo, é que depois do trabalho apresentado a biblioteca começou a ser mais visitada e os bibliotecários construíram uma biblioteca literária e filosófica virtual com obras de autores citados e outros, com o objetivo de partilharem com professores e estudantes via celular, especialmente os textos solicitados e utilizados no trabalho de intervenção. A biblioteca virtual será estendida para outras áreas de conhecimento.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Excelente contribuição o trabalho apresentou ao pensar as condições que vive a nossa sociedade nos dias atuais, em que ética e moralidade são relativizadas, leitura e literatura são elementos considerados anacrônicos e dispensáveis, aulas de Filosofia reduzidas, e pouco interesse nas relações pessoais de valorização dos sentimentos e dos outros. Tudo isso numa práxis pedagógica institucionalizada para a produção da racionalidade e a relativização dos sentimentos, para a formação de mão de obra para o universo do trabalho, o ganho fácil, o lucro garantido e mínimo acesso às condições de sobrevivência.

Pensar Hume e Austen em diálogo foi ricamente produtivo para os estudantes. É um inicio do reconhecimento de que suas origens simples e humildes não os fazem menos valorizados de quaisquer cidadãos no contexto de suas existências. Isso significa desenvolver uma articulação que contribua, como o sistema de Hume propõe, uma subversão das condenações moralistas da vaidade, de ser preto, simples, do povo, da comunidade, do trabalho e da busca. Pois em Hume (tanto quanto em Austen), a “vaidade aparece aí não como uma exaltação do próprio eu, mas como uma espécie de alegria pelo nosso caráter como causa do prazer do orgulho” (SANTOS, 2024, p.158).

A partir de Hume percebe-se que o sentimento moral serve de uma referência privilegiada para o comportamento dos indivíduos do que é mais agradável e útil a si e aos outros. E, embora encontre-se ausente da origem do sentimento moral, a reflexão-raciocínio ou encadeamento de ideias aparece como um contribuinte da firmeza de espírito, pois aquela operação é responsável pelo direcionamento dos afetos em geral em uma ação voluntária no intuito de informar os meios eficientes de satisfação. O que é verdadeiramente perceptível nos personagens principais de *Orgulho e preconceito*, de Austen

Levando-se em consideração a propositura de um possível diálogo entre Hume, Austen e a sociedade hodierna, pode ser dito que a firmeza de espírito, que nos inclina mais facilmente à virtude, é formada por um certo arranjo de percepções. Isso ocorre quando qualidades de grandeza, ou ligadas ao amor-próprio, se sujeitam a qualidades de bondade, ou ligadas ao benefício dos outros, sendo guiadas por qualidades

intelectuais, como a prudência, e que têm o sentimento moral como parâmetro comportamental.

Em uma sociedade complexa e um ambiente cada vez mais multifacetado, com a ampliação e a complexidade da vida social e em prol de sua manutenção, os humanos precisaram igualmente desenvolver um novo modo de apreciar as ações uns dos outros que não fosse pela mera perspectiva privada. Hume e Austen postulam que pela experiência contínua ao longo da história adquirimos um “senso geral de interesse comum e de ruptura com os padrões institucionais impostos por uma cultura preconceituosa, machista e misógina.

Nos termos que fora refletidos no presente trabalho, podemos concluir que sentimentos básicos, apegados aos interesses próprios e aos dos mais próximos, suficientes para o sustento da convivência familiar, não dão conta de aprovar e reprovar o que é de interesse de uma ampla e complexa sociedade. Mesmo quando o ponto de vista geral, típico a sentimentos refinados como o moral, não é o mesmo que o interesse público, a perspectiva de contemplação da ação não é a do interesse do observador, e sim a do outro.

REFERÊNCIAS

- AMORIM, Marcel Álvaro de, et al. **Literatura na escola**. São Paulo: Contexto, 2022.
- ANDRADE, Carlos Drummond de. Aconteceu em Londres. In: ANDRADE, Carlos Drummond de. **Boca de luar**. 10.ed. São Paulo: Editora Genérico, 2002.
- ANDRADE, Carlos Drummond de. **Contos de aprendiz**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- ARAÚJO, Rafael de; LEITE, Viana. **Filosofia e literatura**: diálogos, relações e fronteiras. Curitiba: Intersaber, 2015.
- AUSTEN, Jane. **Abadia de Northanger**. São Paulo: Tricaju, 2021.
- AUSTEN, Jane. **Orgulho e preconceito**. 22.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2018.
- AUSTEN, Jane. **Orgulho e preconceito**. São Paulo: Darkside, 2022.
- AUSTEN, Jane. **Persuasão**. São Paulo: Martin Claret, 2018.
- BALIEIRO, Marcos Fonseca Ribeiro. Filosofia e vida comum na epistemologia de Hume. In: CONTE, Jaimir; FERRAZ, Marilia Côrtes de; ZIMMERMANN, Flávio (Orgs). **Ensaios sobre a filosofia de Hume**. Florianópolis: Nucleo de Epistemologia e Lógica, 2016. Pp. 159-182.
- BALIEIRO, Ribeiro. **Literatura e formação moral em Jane Austen e David Hume**. Disponível em <https://www.academia.edu>. Acesso em 12 de set. 2022.
- BALIEIRO, Marcos. **As mulheres no pensamento de Hume: uma reconsideração**. Disponível em <https://www.researchgate.net/> Acesso em 10 de mai. 2025.
- BARROS, Samira Alves de. **Representações das personagens femininas de orgulho e preconceito, de Jane Austen**. [Dissertação de Mestrado]. Teresina: UGPI, 2013.
- BAUMAN, Zygmunt; MAZZEO, Ricardo. **O elogio da literatura**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
- BYRNE, Paula. **A verdadeira Jane Austen**. Uma biografia íntima. Porto Alegre: L&PM, 2018.

BRITO, Adriano Naves. **Hume o empirismo da moral.** Disponível em <http://philoarchive.org/archive/DEBHEO>. Acesso em 12 de jan. 2025.

CASSIRER, Ernst. **La filosofía de la ilustración.** México: Fondo de Cultura Económica, 1973.

COPLESTON, Frederick. **Uma história da filosofia.** V. 2: Do renascimento a Hume. Campinas: Vide Editorial, 2022.

DERRIDA, Jacques. **Otobiografias.** Buenos Aires: Amorrotu, 1973.

ECO, Umberto. **Seis passeios pelo bosque da ficção.** São Paulo: Cia das Letras, 1994.

FRYE, Northrop. **A imaginação educada.** Campinas-SP: Vide Editorial, 2017.

HUME, David. **Uma investigação dos princípios da moral.** Campinas: Editora da UNICAMP, 1995.

HUME, David. **Ensaios morais, políticos e literários.** Rio de Janeiro: Topbooks Editora, 2004.

HUME, David. **Investigações sobre o entendimento humano e sobre os princípios da moral.** 2.ed. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

HUME, David. **Tratado da natureza humana.** São Paulo: Editora da Unesp, 2009.

JASB (Jane Austen Sociedade do Brasil). **Jane Austen e o espírito de sua época.** Disponível em <http://www.janeaustenbrasil.com.br> Acesso em 08 jan. de 2025.

KLAUDAT, André. **Hume e a literatura como filosofia moral.** Disponível em <http://www.periodicos.ufms.br> Acesso em 05 jan. de 2025.

LIMA, Maria Herreira. El punto de vista moral en la literatura. In: LA VIEJA, Teresa Lopes. **Figuras del logos:** entre la filosofía y la literatura. México: Fondo de cultura Económica, 1994.

LIMA, Eduardo M. **Filosofia e literatura.** São Paulo: Nexus, 2023.

LUCAS, Fábio Roberto; PHILIPSON, Gabriel Salvi. Filosofia e teoria literária. Diálogos universitários e institucionais. In: ARAÚJO, Monique; BRESOLIN, Keberson; RIBEIRO, Helano Jader (Orgs.). **Filosofia e literatura.** Pelotas [Dissertatio] NEPFIL, 2020. Pp. 133-153.

MELO, Adailton Pereira de. **Uso do texto filosófico em sala de aula no ensino médio:** uma educação do aprender a aprender. [Dissertação Mestrado em Filosofia]. Recife: UFPE, 2025.

MELO, Adailton Pereira de. Pluridiscursividade e pluriestilismo. Pluralidades no ensino médio. Jundiaí-SP: Paco Editorial, 2025.

NUSSBAUM, Martha C. La imaginación literaria en la vida pública. In: **Isegogia.** Revista de Filosofía Moral y Política. N.11, p.42-80, Madrid, 1995.

NUSSBAUM, Martha. **Fronteiras da justiça. Deficiência, nacionalidade, pertencimento a espécie.** São Paulo: Martins Fontes, 2013.

NUSSBAUM, Martha. **Sem fins lucrativos.** Por que as democracias precisam das humanidades. São Paulo: Martins Fontes, 2019.

PEQUENO, Marconi. **Dez lições sobre Hume.** Petrópolis-RJ: VOZES, 2012.

PERRUSI, Martha Solange. Fundamentos de linguística: as linguagem na história da filosofia grega a partir do Crátilo. In: MORAES, Antônio Henrique C. de; LUCENA, Felipe Casado de; PERRUSI, Martha Solange. **Filosofia, literatura e linguística.** Maringá: Viseu, 2018. p. 17-51.

PLATÃO. **A república.** São Paulo: Lafonte, 2017.

ROHDEN, Luiz; PIRES, Cecília. **Filosofia e literatura.** Uma relação transacional. Ijuí: Editora Unijuí, 2009.

ROSA, Clarice Resende. A recepção e a circulação dos romances de Jane Austen na Inglaterra, França e Brasil no período de 1811 a 1994. In: **Língua, literatura e ensino**, dez 2014, volume XI, Campinas, Unicamp, 2014.

RUIZ, Rafael. Literatura e crise. **Uma barca no meio do oceano.** São Paulo: Cultor de Livros, 2015.

SÁ, Olga de. **Filosofia e literatura.** Lorena-SP: CCTA, 2013.

SALES, Adriana. Jane Austen e o espírito de sua época. In: **Língua, literatura e ensino**, dez 2014, volume XI, Campinas, Unicamp, 2014.

SANTOS, Hamilton dos. **O triunfo das paixões.** David Hume e as artimanhas da natureza humana. São Paulo: Iluminuras, 2024.

SARTRE, Jean-Paul. **O que é literatura?** Petrópolis-RJ: Vozes, 2015.

SATTLER, Jaime. Uma filosofia literariamente engajada. In: ARAÚJO, Monique; BRESOLIN, Keberson; RIBEIRO, Helano Jader (Orgs.). **Filosofia e literatura**. Pelotas [Dissertatio] NEPFIL, 2020. Pp. 13-34.

SOARES, Aline Benato. A mulher da baixa aristocracia em *Orgulho e preconceito*. **Literausten**, Belo Horizonte, V. 8, 78 páginas, 2º semestre. 2020. Disponível em: <<https://janeaustenbrasil.com.br/literausten/>>. Acesso em: 15 de set. de 2022.

SOUZA, A disputa do logos entre filosofia e literatura: uma questão moral. In: MORAES, Antônio Henrique C. de; LUCENA, Felipe Casado de; PERRUSI, Martha Solange. **Filosofia, literatura e linguística**. Maringá: Viseu, 2018. p. 52-116.

SOUZA, José Cavalcante de. Os pré-socráticos. In: **Col. Os Pensadores**. Vol. Os pré-socráticos. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda., 1996.

SOUZA, Ivani de. **Inovações e cenários**. A literatura em Naussbaum. Rio de Janeiro: Sapientia, 2020.

STAINLE, Stéfano. **Literatura de língua inglesa**. Londrina: Editora e distribuidora Educacional S.A., 2017.

VARELLA, Flávia Florentino. David Hume e Jane Austen: o sentimento e a construção da moderna historiografia inglesa. In: **Fênix – Revista de História e estudos culturais**. Abr/jun de 2006, v.3, ano III, n. 2. Disponível em <http://www.revistafenix.pro.br> Acesso em 08 set. de 2024.

ZIMMERMANN, Flávio. Hume e o relativismo moral. In: CONTE, Jaimir; FERRAZ, Marilia Côrtes de; ZIMMERMANN, Flávio (Orgs.). **Ensaios sobre a filosofia de Hume**. Florianópolis: Núcleo de Epistemologia e Lógica, 2016. Pp. 1189-199.